



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cristovam Buarque

**Minuta de Relatório da Comissão Especial - Financiamento da Educação
no Brasil**

A ser submetido aos Senadores e Senadoras que a compõem

Exma. Sra. Senadora Ângela Portela,

Em anexo segue para sua consideração o relatório da Comissão Especial – Financiamento da Educação, que V. Ex^a preside e eu tenho privilégio de relatar, que encaminhei informalmente ainda no mês de novembro.

Depois de cinco audiências públicas, onde ouvimos 16 debatedores, chegamos a este ofício anexo, com minha proposta de relatório a ser submetido aos demais senadores que compõem esta Comissão Especial.

Coloco-me à sua disposição para qualquer informação e debate com V. Ex^a e sua equipe de assessores, se assim achar conveniente, antes de V. Ex^a submetê-lo aos demais senadores e senadoras.

Brasília, 18 de dezembro de 2014

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Relator

Leandro Augusto Cunha Bueno
Técnico Legislativo
Matrícula: 232.868

recebido original em 18.12.14, às 13:08

Lista dos palestrantes das audiências públicas realizadas pela CTEDUC:

Data	Palestrantes	Instituição
23/10/2013	Danilo de Melo Souza	Secretário da Educação e Cultura do Estado do Tocantins e Representante do Conselho de Secretários de Educação - CONSED (representante de Maria Nilene Badeca da Costa);
	Waldery Rodrigues Júnior	Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
	Manuel Marcos Formiga	Professor-Pesquisador da Universidade de Brasília - UnB.
	Juca Gil	Editor-Chefe da Revista da Associação Nacional de Pesquisa em financiamento da Educação - FINEDUCA e Prof. da UFRGS
02/04/2014	João Monlevade	Consultor Legislativo do Senado Federal
	Marcelo Medeiros Coelho de Souza	Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
09/04/2014	Fernando Rezende	Professor da FGV/EBAPE
	André Amorim	Representando de Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM,
	José Francisco Soares	Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação INEP/MEC,
	Binho Marques	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino/MEC
23/04/2014	Antônio Jacinto Matias	Vice-Presidente da Fundação Itaú Social
	Nelson Cardoso do Amaral	Representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA
	Marta Teresa da Silva Arretche	Professora Titular da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo
	Raul Velloso	Especialista em Finanças Públicas
07/05/2014	Alejandra Velasco	Membro do Todos Pela Educação
	Idevaldo da Silva Bodião	Membro do Conselho Diretor da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Sumário

1.	Introdução.....	5
2.	A educação necessária.....	6
2.1	Revolução na Educação Básica	7
2.1.1	Educação Infantil.....	13
2.1.2.	Custo total da Revolução na Educação Básica (incluindo universalização da Educação Infantil).....	15
2.2.	A refundação da Universidade.....	15
2.3.	Programa amplo de educação da população	16
2.4.	Custo total do Salto da Educação Brasileira	17
3.	As fontes de financiamento.....	17
3.1.	Contribuição do aumento da produtividade econômica derivado da Educação	19
3.2.	Redução em gastos sociais.....	21
3.3.	Emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional	22
3.4.	Imposto sobre Grandes Fortunas.....	23
3.5.	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação - CPME 24	
3.6.	Redução nos sacrifícios fiscais decorrentes de Renúncias e Desonerações	25
3.7.	Taxa Verde	26
3.8.	Liberação dos recursos das deduções no IRPF para Educação	27
3.9.	Suspensão dos gastos com publicidade governamental.....	27
3.10.	Recuperação de recursos pela Justiça nos casos de corrupção e contrabando	28
3.11.	BNDES-E.....	28
3.12.	Taxação sobre os ganhos nos mercados acionários (IOF-E)	29
3.13.	Ganhos obtidos com os ativos dos Fundos de Pensão das Estatais	30
3.14.	Ganhos de investimento das reservas internacionais do Banco Central .	30
3.15.	Lucro líquido consolidado das Estatais Federais.....	31
4.	Consolidação e combinação das fontes.....	32
5.	A engenharia política e administrativa.....	38
5.1.	A dificuldade da Política Econômica.....	38
5.2.	As dificuldades institucionais	41
6.	Como fazer.....	45

6.1.	A adoção federal das Escolas Municipais e Estaduais	45
6.2.	A engenharia da Refundação da Universidade.....	46
6.3.	A engenharia da educação ampla.....	47
6.4.	A engenharia fiscal	47
6.5.	A gestão das Escolas Federais	47
6.6.	A Carreira Nacional do Magistério	48
6.7.	As novas edificações	49
6.8.	Horário integral.....	49
7.	A transição.....	49
8.	Conclusão	50
	Anexo I.....	53
	Anexo II.....	54

1. Introdução

A Comissão Especial de Financiamento da Educação (CTEDUC) foi criada pelo Ato 36/2013 do Presidente Renan Calheiros, com a finalidade de analisar e propor alternativas para o financiamento da Educação no Brasil, com especial atenção para a Educação Básica¹.

Dois caminhos seriam possíveis:

- i) Estudar como financiar pontos problemáticos em crise (por exemplo, como melhorar o atual nível de salário dos professores); ou
- ii) Buscar formas de financiar o custo da *educação necessária* para colocar o Brasil entre os países que mais valorizam a educação de seu povo e *abrir as portas para o País ingressar no mundo das economias inovadoras e sociedades harmônicas*.

Optou-se pela segunda alternativa.

O passo inicial foi *imaginar a educação* nas condições ideais de que o Brasil precisa para as próximas décadas, *estimar quanto* seria necessário para financiá-la, de *onde viriam* os recursos e *como eles seriam* gastos.

Considerando o acúmulo de informações já disponíveis, inclusive em trabalhos anteriores dos especialistas ouvidos por esta Comissão, apresentamos a eles quatro perguntas que nortearam este relatório.

¹ Para fins deste relatório, consideramos como Educação Básica as etapas de ensino listadas no Censo da Educação Básica publicado pelo MEC: Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), Educação Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Educação Profissional (Concomitante e Subsequente), Educação de Jovens e Adultos -EJA (Fundamental e Médio) e Educação Especial.

- I. O que fazer para que em 20 a 30 anos o Brasil esteja entre os países com maior desempenho educacional? ²
- II. Quanto custaria esse salto?
- III. Quais são as fontes possíveis de financiamento?
- IV. Como executar as ações necessárias?

Em 25 de junho de 2014, com a sanção da Lei 13.005 que determina a aplicação de 10% do PIB na educação, a CTEDUC pareceu perder sua finalidade. Afinal, a fonte de financiamento já estava explicitada: R\$ 480 bilhões do PIB de R\$ 4,8 trilhões de 2013; mais de 60% acima do gasto efetuado de R\$ 290 bilhões em educação naquele ano. Em realidade, a CTEDUC passou a ter papel ainda mais importante, porque a Lei 13.005 do PNE-II não indica de onde virão os recursos, que apenas simbolicamente são referidos como 10% do PIB. Além disso, o PNE não indica como os recursos serão gastos. A Comissão, portanto, seguiu o seu rumo.

2. A educação necessária

O passaporte para o futuro desejado de qualquer nação está em dispor de *economia inovadora e sociedade harmônica*.

Para dar entrada no grupo das nações inovadoras, o Brasil precisa abrir cinco portas:

- *Ter instituições* sólidas que alicercem o trabalho dos agentes inovadores, eliminando os riscos de falta de recursos, ausência de prioridades de longo prazo e mudanças constantes de regras;

² Este Relatório estima que 20 anos sejam o prazo necessário e suficiente para a transformação radical na educação brasileira, tanto em termos de universalização quanto de qualidade.

- *Dispor de universidades e institutos de pesquisas e inovação competentes e com padrões internacionais de qualidade;*
- *Contar com um setor empresarial com vocação, interesse, qualificação e vontade de exercer o papel dinâmico na inovação;*
- *Implantar uma Educação Básica com a máxima qualidade, oferecida a toda criança, de maneira a não desperdiçar um único cérebro;*
- *Criar uma vontade nacional capaz de trocar o imediatismo da produção e do consumo materiais pelo investimento de longo prazo na construção de um eficiente Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação – SNCI (ver Anexo II).*

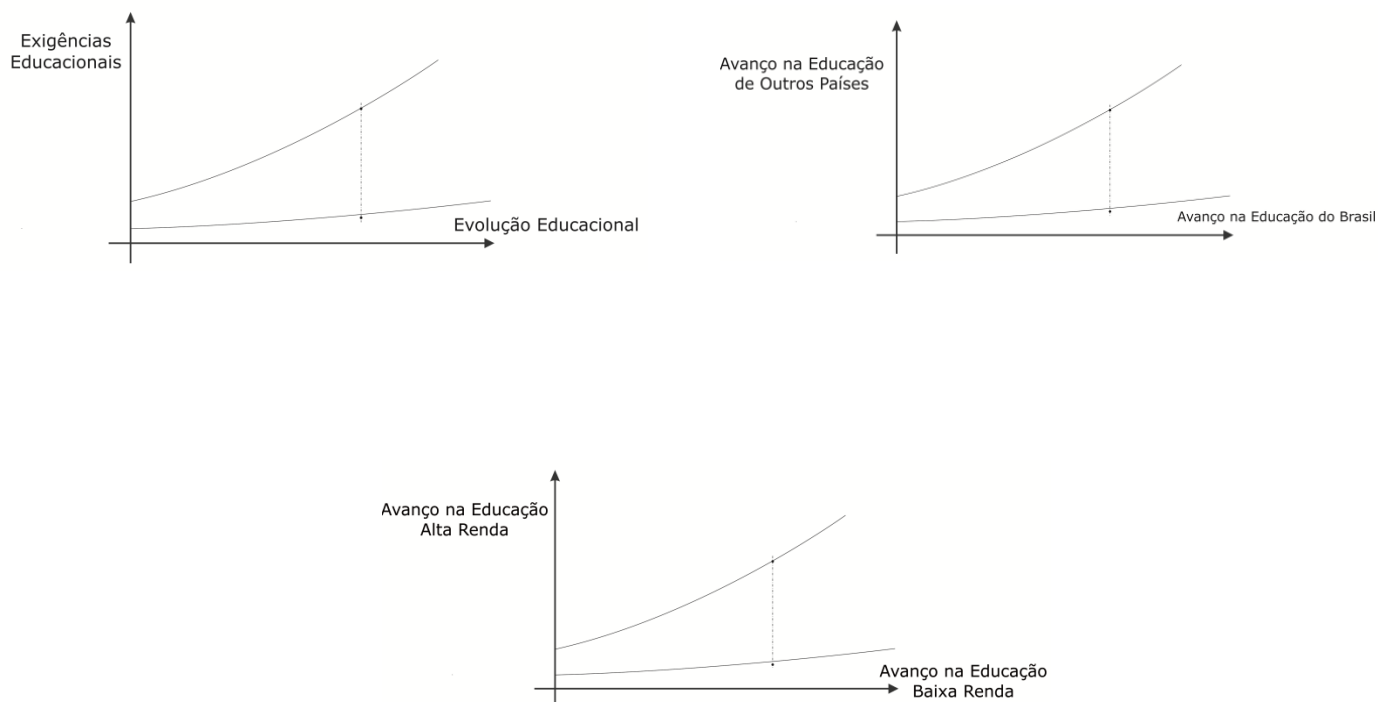
2.1 Revolução na Educação Básica

Este relatório considera, por convicção própria do relator e como resultado da opinião de debatedores, que a simples melhoria buscada nas últimas décadas não levará a Educação Básica brasileira a situar-se entre as melhores do mundo nem entre as mais equânimes. Ainda mais grave, a continuidade dessa lenta evolução ampliará três brechas:

- a. Entre o conhecimento oferecido pelas escolas e o conhecimento necessário à sociedade moderna;
- b. Entre nosso nível educacional e o nível educacional de outros países;
- c. Entre a educação da parcela pobre e da parcela rica dentro do Brasil.

No ritmo em que evoluímos, a educação continuará ainda mais insuficiente e injusta.

Gráfico 1
As Três Brechas na Educação



Mais do que uma evolução, o salto necessário vai exigir a implantação de um Novo Sistema da Educação Básica que, ao longo de um período definido, vá substituindo o atual sistema por meio de cinco ações:

a) Implantação de uma Nova Carreira para o magistério, com o professor selecionado entre os mais brilhantes profissionais da sociedade, o que pressupõe o pagamento de um salário capaz de concorrer no mercado com as demais categorias profissionais de formação equivalente, cumpridas três condições:

- *dedicação exclusiva* à escola onde exerce sua função;
- *formação para interagir* com competência e naturalidade com os novos equipamentos e plataformas da Tecnologia de Informação e Comunicação;

- *submissão regular a um sistema de avaliação* que mensure sua dedicação, seu esforço e os resultados de seu trabalho.

Uma análise comparativa dos salários no mercado brasileiro em relação a outras atividades profissionais e no mercado internacional mostra que para atingir esse objetivo será necessário um *salário médio do professor equivalente a R\$9.500,00 por mês*. Esse valor aproximará o salário dos professores brasileiros à média salarial dos professores dos países com educação de qualidade reconhecida pelo teste PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, da OCDE. Escolhemos o PISA com ênfase em matemática porque permite uma melhor comparação.

Tabela 1
Valores dos Salários Médios dos Professores da Educação Básica - Países Selecionados

País	Posição no PISA 2012 (ênfase em matemática)	Salário Mensal (R\$ mil)
Austrália	19	8,4
Bélgica	15	8,6
Canadá	13	9,4
Dinamarca	22	9,1
Finlândia	12	6,7
Alemanha	16	11,6
Irlanda	20	9,3
Coreia do Sul	5	9,0
Holanda	10	9,5
Suíça	9	12,1
Média	14	9,4
Brasil	58	1,9

Fonte: Education at a Glance 2013 (OCDE)

Elaboração Própria

Percebe-se que o *salário médio atual* para o professor brasileiro *equivale a 20% da média* paga aos professores nos países com educação de qualidade. O salário de R\$9.500,00 por mês, embora colocando o Brasil

na média desses países, *ainda representa um salário menor do que outras atividades* profissionais do setor público, tais como: Auditor Fiscal da Receita Federal (R\$14.965,44); Delegado da Polícia Federal (R\$ 14.037,11); Procurador da República (R\$ 24.057,33); Analista do Banco Central (R\$ 13.595,85); Juiz Federal no início de carreira (R\$ 21.766,16); Consultor Legislativo no Senado Federal e na Câmara dos Deputados (R\$ 26.000,00); para não falar no salário de Deputados e Senadores no valor de R\$ 26.512,09.

Estimando-se 46,5 milhões de alunos em 2034, para turmas de 30 alunos por classe, serão necessários cerca de 2 milhões de professores (1,55 milhões de professores em sala de aula, mais aproximadamente 0,45 milhões para as atividades extras que o ensino de qualidade em horário integral exigirá), *o que implicará custos salariais da ordem de R\$ 252,7 bilhões nesse ano.*

Somando o custo associado à Previdência Social dos professores, no valor anual de R\$ 35 bilhões, *o custo total com o magistério da Nova Carreira Nacional será de R\$ 287,7 bilhões no ano em 2034.*

Haverá também a necessidade de destinar cerca de um quinto dos custos salariais dos professores para cobrir outros gastos indiretos e relacionados ao pessoal administrativo, o que corresponde a R\$ 50,5 bilhões em 2034.

Isso que eleva *o custo total com professores e outros custos de pessoal para R\$ 338,2 bilhões.*

b) *A oferta de edificações* com beleza e conforto, substituindo as vergonhosas instalações escolares na maior parte do Brasil. As escolas têm que ser suficientemente agradáveis para atrair e motivar crianças e jovens a permanecerem nelas com prazer durante todo o horário escolar. E devem dispor de *equipamentos para atividades esportivas e culturais* - quadras para diferentes modalidades, teatros e bibliotecas. Nas regiões tropicais, toda sala de aula deve dispor de ar condicionado, sem o que fica impossível a concentração necessária ao bom desempenho escolar.

Considerando escolas com 10 salas de aulas em média, cada uma com 30 alunos, serão necessárias 155 mil escolas. Sabendo que quase todas as escolas atuais deverão ser reconstruídas, ao custo médio de R\$ 8 milhões cada escola, serão necessários cerca de R\$ 1.239 bilhões ao longo do período de 20 anos. Isso equivale a investimento de R\$ 61,9 bilhões em cada ano.

Para os equipamentos esportivos e culturais é possível estimar um custo anual de R\$ 23,2 bilhões para novos terrenos e desapropriação de áreas ao redor das atuais escolas. Esse valor pode ser reduzido em aproximadamente R\$ 5,8 bilhões pela venda dos imóveis onde estarão cerca de 35.000 escolas que poderão ser desativadas em função da redução do número de crianças em idade escolar. *Os custos anuais para construção das escolas* incluindo os novos terrenos e desapropriações *serão, portanto, de cerca de R\$ 79,4 bilhões* ($= 61,9 + 23,2 - 5,8$).

c) Para ter a eficiência possível e atender aos gostos e à linguagem das crianças de hoje, a escola moderna deve necessariamente utilizar equipamentos de Tecnologia da Informação, Comunicação,

Entretenimento e Jogos Educativos. *Atrair os alunos* dos tempos do tablet, celular inteligente, computador e da televisão com os velhos quadros-negros é como querer se locomover nos dias de hoje usando carruagem. Para colocar o Brasil entre os melhores do mundo, atraindo e envolvendo os alunos no prazer do aprendizado, a *Nova Escola Ideal deverá substituir arcaicos quadros-negros por equipamentos contemporâneos* como lousas inteligentes e todos os complementos e conteúdos planejados para essas plataformas e mídias. *Estima-se o custo fixo dessa revolução tecnológica* em aproximadamente *R\$ 150.000,00 por sala de aula* (incluindo todos os recursos tecnológicos do mais alto nível incluindo as lousas inteligentes, as bancadas apropriadas e os computadores individuais de mesa para cada aluno). Além disso, é preciso prever um *custo de manutenção de R\$ 0,50 por dia por aluno*.

O custo fixo com equipamentos será equivalente a R\$ 11,6 bilhões por ano (= 155 mil salas x R\$ 150 mil por sala, divididos por 20 anos). Somado ao custo operacional anual de manutenção de R\$ 5,1 bilhões (= R\$ 0,50 x 46,5 milhões de alunos x 220 dias), *resultará no valor de R\$ 16,7 bilhões por ano* (= 11,6+5,1).

Além disso, considera-se um custo anual de aproximadamente R\$ 7,0 bilhões para modernização e atualização dos equipamentos do sistema educacional. *Isso eleva o custo total com equipamentos em 2034 a R\$ 23,7 bilhões.* (= 16,7 + 7,0)

d) O mundo contemporâneo traz a necessidade de novos conhecimentos e, portanto, novas disciplinas, além de atividades esportivas e culturais e reforço escolar. Existe ainda a realidade de

substituir parte do papel anteriormente exercido pela família e reduzir o risco das ruas. Assim, *a escola precisa manter cada aluno em jornada integral de no mínimo seis horas diárias*, com 220 dias por ano de plenas funções pedagógicas.

O custo total, em 2034, da revolução na Educação Básica (Sem Universalização da Educação Infantil) está apresentado na Tabela 2.

Tabela 2

Custos Anuais das Ações da Revolução na Educação Básica (Sem Universalização da Educação Infantil) - 2034

Item		Valor (R\$ bilhões)
1	Salários dos Professores (Sistema com Escola Ideal)	252.7
2	Previdência Social dos Professores	35.0
3	Salários do Apoio Administrativo e Outros Custos Indiretos	50.5
4	Construção de Escolas	79.4
5	Equipamentos e Manutenção	16.7
6	Modernização dos Equipamentos	7.0
7	Custo Total Sem Universalização da Educação Infantil (7 = 1+2+3+4+5+6)	441.3
8	Número de Alunos em 2034 (milhões)	46.5
9	Custo por Aluno (9 = 7 : 8) (R\$ mil)	9.5

A composição desses diversos custos – que resulta na soma de R\$ 441,3 bilhões em 2034 – permite estimar o gasto por aluno em R\$ 9.500,00 por ano, como indicado na tabela acima. Considerando-se 30 alunos por sala de aula, há a coincidência de o custo anual por aluno equivaler ao salário mensal do professor.

2.1.1 Educação Infantil

A educação de qualidade não pode ser iniciada no Ensino Fundamental, ela exige atenção desde a primeira infância e pré-escola para todas as crianças.

De acordo com o Censo da Educação Básica, em 2012 tínhamos 2.540.791 matrículas na Creche e 4.754.721 matrículas na Pré-Escola. Dessa forma a Educação Infantil responde, atualmente, por cerca de 14,4% das matrículas da Educação Básica. Mesmo assim, cerca de 46,6% das crianças de 0 a 5 anos ainda não estão matriculadas. Se considerarmos as projeções demográficas para a população nessa faixa etária, a universalização para essa modalidade de ensino no ano de 2034 nos levará a considerar mais 5,9 milhões de matrículas (além das 46,5 milhões de matrículas na escola fundamental e ensino médio para 2034).

Considerando R\$ 9.500,00 por aluno/ano o *custo total para uma Educação Infantil Ideal* para todas as crianças na idade de 0 a 5 anos de idade em 2034 *será de R\$ 55,7 bilhões*.

Tabela 3
Cálculo do Custo Adicional para Universalização Educação Infantil

a. Matrículas na Creche 2012 - milhões	2.5
b. Matrículas na Pré-Escola 2012 - milhões	4.8
c. Matrículas Educação Infantil 2012 - milhões (c = a + b)	7.3
d. Matrículas na Educação Básica 2012 - milhões	50.5
e. Matrículas Educação Infantil/Total em 2012 (%) (e = c:d)	14.4%
f. População Brasil 2012 - milhões	201.0
g. População de Crianças de 0 a 5 anos de idade em 2012 (6,8% da população total) – milhões	13.7
h. Crianças de 0 a 5 anos que não estão matriculadas em 2012 - milhões (h = g - d)	6.4
i. Crianças de 0 a 5 anos não matriculadas 2012 (%) (i = h:g)	46.6%
j. Estimativa Matrículas na Educação Básica 2034 - milhões	46.5
k. Estimativa da População de crianças de 0 a 5 anos que precisam ser incluídas em nossos cálculos (para que haja universalização da Educação Infantil) em 2034 - milhões (k = (h . j):a)	5.9
l. Valor do Custo Anual por Aluno da Educação Infantil (R\$ mil)	9.5
m. Custo anual Estimado para Incluir Todas as crianças na Educação Infantil Ideal (R\$ bilhões) em 2034 (m = k . l)	55.7

Fontes: IBGE, MEC

2.1.2. Custo total da Revolução na Educação Básica (incluindo universalização da Educação Infantil)

Adicionando o custo de R\$ 55,7 bilhões para universalização da Educação Infantil o custo da Educação Básica ideal será de R\$ 497,0 bilhões (441,3 + 55,7).

Supondo um crescimento do PIB de apenas 2% ao ano ao longo de 20 anos, o atual PIB de R\$ 4,8 trilhões passará para R\$ 6,7 trilhões. O custo anual de R\$ 497,0 bilhões, considerando todo o novo sistema da Escola Básica Ideal, corresponderia a 7,4% do PIB. Se considerarmos que a Educação Básica recebe hoje aproximadamente 5,1% do PIB, em 2034, mantida a proporção, seriam necessários recursos adicionais de R\$ 156,1 bilhões (ou 2,3 % do PIB).

2.2. A refundação da Universidade

A revolução na educação não pode se limitar à Educação Básica. Precisa ampliar qualitativamente e preparar o sistema universitário para o aumento do número de alunos, graças à melhor Educação Básica. Precisa também aperfeiçoar a Educação Básica, garantindo melhor formação aos professores, e desenvolver novos métodos para servir de base à construção e ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação (SNCI).

Considerando o aumento do número de estudantes e as vantagens das técnicas de ensino a distância, as audiências e os estudos feitos levaram a estimar a necessidade da ampliação dos atuais R\$ 48 bilhões

para R\$ 80,2 bilhões em 2034 (aumento de 67% em relação ao gasto atual). Esse valor corresponderá a aproximadamente 1,20% do PIB em 2034.³ A Tabela 4 abaixo compara o gasto do Brasil na Educação Superior com alguns países selecionados e mostra que gastamos relativamente muito nessa etapa de ensino.

Tabela 4

Gasto por Aluno da Educação Superior - Países Selecionados (% do PIB per capita, média 2011/2012)

País	%
1 Austrália	21,0
2 Brasil	28,4
3 Chile	14,5
4 Coreia do Sul	13,2
5 Reino Unido	23,0
6 Estados Unidos	19,9

Fonte: Banco Mundial (World Development Indicators - WDI - 2013)

Elaboração Própria.

2.3. Programa amplo de educação da população

A educação não pode se limitar à escola. O Brasil precisa de um programa de educação ampla na sociedade, incluindo os adultos, levando atividades educacionais, culturais e de cidadania toda a população (implicando, logo no início da implantação do novo sistema, gastos anuais de aproximadamente R\$1 bilhão ao longo de cinco anos para um programa de erradicação do analfabetismo). Esse fortalecimento do entorno favorável ao conhecimento envolverá ainda a criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas em todas as cidades, a construção e implantação de teatros, cinemas e orquestras, o desenvolvimento de

³ Enquanto o gasto por aluno da Educação Básica no Brasil corresponde a aproximadamente 33% da média dos países da OCDE, na Educação Superior Brasileira o indicador é cerca de 85% da média desses países.

museus de arte, de história e de ciências, a divulgação de hábitos saudáveis e civilizados. Para tanto, estima-se um investimento anual de R\$ 62,8 bilhões.

2.4. Custo total do Salto da Educação Brasileira

Em 2034, o custo total da revolução educacional – somando os gastos da implantação da Educação Básica Ideal (R\$ 497,0 bilhões), incluindo a universalização da Educação Infantil, com a elevação dos gastos com a Educação Superior (R\$ 80,2 bilhões) e mais o Programa de Educação Ampla na Sociedade (R\$ 62,8 bilhões) – será da ordem de R\$ 640,2 bilhões (equivalente a 9,6% do PIB nesse ano). Ainda sobrarão aproximadamente R\$ 28,4 bilhões dos 10% do PIB que, por força da Lei 13.005/2014 do PNE-II, o Brasil deveria investir na educação.

3. As fontes de financiamento

A determinação legal de investir, até o décimo ano de vigência da Lei 13.005/2013, o valor de 10% do PIB na educação esbarra na falta de definições das fontes onde os recursos equivalentes serão captados. O PIB é um conceito estatístico que reflete a soma dos valores das diversas produções no ano, só corresponde a recursos financeiros quando identificados com as rendas dos salários e rendas dos indivíduos, dos lucros das empresas ou, derivados destes, das receitas do setor público.

Adicionais aos R\$ 340,9 bilhões que serão despendidos em Educação Básica em 2034, mantida a atual proporção de 5,1% do PIB, serão necessários R\$ 121,1 bilhões no último ano de implantação do novo sistema. Levando em conta os R\$ 35 bilhões anuais estimados como

receitas do petróleo (considerando inclusive os royalties dos campos do Pré-Sal), faltariam esses R\$ 121,1 bilhões para o financiamento da Educação Básica Ideal. O déficit na Educação Superior será de R\$ 32,2 bilhões e o déficit no Programa Amplo de Educação da População será de R\$ 62,8 bilhões. Haverá, portanto, um déficit total de R\$ 215,9 bilhões ($121,1 + 32,2 + 62,8$).

Supondo a distribuição uniforme do valor desse déficit anual entre todos os brasileiros da população – prevista em 225,9 milhões em 2034 –, todo o custo do Salto Educacional brasileiro seria financiado por uma contribuição de R\$ 79,64 por pessoa/mês.

Essa contribuição corresponderia a um pequeno empréstimo intergeracional, pelo qual a geração atual pagaria para que as gerações futuras possam construir o Brasil de que precisamos para ingressar no mundo da inovação científica e tecnológica, da eficiência econômica e da harmonia social. Instrumentos de tributação como esse são usados com frequência em momentos em que as nações enfrentam graves crises ou guerras. O que o Brasil hoje enfrenta em atraso civilizatório, por falta de educação, compromete tanto o nosso futuro quanto uma guerra.

Ela serve, no entanto, para mostrar a perfeita viabilidade financeira para executar o salto necessário para colocar o Brasil, em 2034, entre os países mais educados do mundo.

Para fazer a ligação entre o PIB e as finanças, a Comissão identificou mais especificamente quinze fontes possíveis para o financiamento da revolução educacional no Brasil. Como será exposto adiante, a soma dos

valores destas fontes permite chegar a cerca de quatro vezes o valor total a ser financiado. Em vez de escolher quais delas deveriam ser usadas, este estudo preferiu somá-las, deixando para uma posterior análise política o debate sobre quem deve ser o responsável pelo financiamento da educação.

3.1. Contribuição do aumento da produtividade econômica derivado da Educação

Quando se fala em educação, pensa-se no gasto que ela implica, ignorando-se a educação como fator gerador de renda graças ao aumento da produtividade que ela induz na economia. Uma população com educação de alta qualidade levará a economia brasileira a ganhos de produtividade: tanto em relação às atuais atividades simples, quanto em relação a futuras atividades onde esteja envolvido alto conteúdo tecnológico. A inovação tecnológica se inicia no sistema de Educação Básica. A **Oxford Encyclopedia of Economic History** cita estudos que atribuem 90% do aumento da renda na Inglaterra e nos EUA, depois de 1870, à inovação tecnológica e não apenas à acumulação de capital. Esse impacto se mantém ao longo de toda a história econômica contemporânea, especialmente nas últimas décadas. Pode-se dizer que uma das principais causas da *débâcle* da economia socialista foi o potencial inovador do capitalismo, que soube usar a base educacional de seus países e a dinâmica da concorrência de mercado.

O caso da Coreia do Sul serve como exemplo recente. Em 40 anos, esse país passou de uma renda *per capita* equivalente a metade da brasileira para o dobro da brasileira. A principal causa identificada dessa

dinâmica é a solidez de seu sistema nacional de inovação, cuja base está na Educação Básica com qualidade para todos.

A literatura empírica de Desenvolvimento Econômico lista inúmeros casos onde a contribuição da educação para o aumento do PIB (via aumento da produtividade) é substancial, e em diversos casos pode adicionar em aproximadamente 1,5% na taxa de crescimento do PIB ⁴. Nesse caso, o aumento na produtividade induzirá recursos adicionais de aproximadamente R\$ 100,3 bilhões anuais em 2034. Adotamos uma posição conservadora, e consideramos que a contribuição da educação para o aumento do PIB será de apenas 1/5 deste parâmetro (0,3% do PIB) equivalente a R\$20,1 bilhões, adicionais graças ao salto na educação.

Nesta opção de financiamento, o País estaria usando a educação e o ganho de produtividade dela obtido para financiar parte da educação que

4 O valor de acréscimo permanente de 1,5% na taxa de crescimento anual do PIB de um país pode parecer, em primeira análise, alto. Mas vale enfatizar que os investimentos em educação propostos neste relatório referem-se a um dos componentes entendidos hoje, de forma consensual entre os economistas, como dos mais agregadores ao crescimento econômico sustentado. Dois dados empíricos ajudam a corroborar esta estimativa conservadora de aumento em 1,5%: a) No período 1967-1974 o Brasil experimentou o denominado “milagre econômico” com taxas anuais de crescimento de 11,4% (bem acima da taxa do período imediatamente anterior de 5%). Estes valores surpreendentes foram obtidos graças a investimentos em capital físico (construção civil e máquinas & equipamentos) que têm menor poder de alavancar o crescimento econômico do que o investimento em capital humano (educação e inovação). b) O caso da Coreia do Sul, que teve seu PIB per capita aumentado de U\$ 1.486,19 em 1960 para 20.649,93 em 2010 representa um crescimento de quase 14 vezes, ou seja, um aumento de aproximadamente 1.300% em 40 anos. Neste caso o investimento em educação resultou em crescimento anual adicional de mais de 2% no PIB.

levaria o Brasil ao mundo dos países economicamente inovadores e com sociedade harmônica.

3.2. Redução em gastos sociais

Na medida em que os filhos das famílias hoje assistidas forem adquirindo a formação que lhes permitirá ingressar no mercado de trabalho com rendimentos satisfatórios, os investimentos com educação provocam a redução nos gastos sociais. Se mantivermos o mesmo percentual de gastos atuais com assistência social (Bolsa Família, Previdência Social etc) – da ordem de 14% do PIB – esses valores corresponderão, em 2034, à aproximadamente R\$936 bilhões.

O relatório preferiu não considerar as reduções de gastos públicos com outros programas assistenciais que se tornarão obsoletos em função da educação de qualidade. Tampouco os gastos que seriam evitados em saúde pública, se a população fosse educada. Nem parte dos imensos gastos com segurança, necessários hoje por causa da desarmonia social que será drasticamente reduzida graças à educação de qualidade para todos.

Para este estudo considerou-se a redução de apenas R\$24,5 bilhões, que correspondem aos gastos atuais para financiar o Programa Bolsa Família. Até 2034, as crianças atualmente beneficiadas pela Bolsa Família já terão concluído um Ensino Médio de qualidade e certamente suas famílias não necessitarão que o setor público desembolse o custo de sua assistência. Por essa razão, segundo a ideia inicial pensada na UnB nos anos 80 e implantada no DF em 1995, a Bolsa Escola seria um programa provisório, pois a Escola eliminaria a sua necessidade.

3.3. Emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional

Enquanto não ocorrem os ganhos com o aumento da produtividade, nem a redução nos gastos sociais, os recursos necessários para financiar a educação poderão ser obtidos com a emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional, de maneira análoga à que vem sendo feita, via BNDES, para o financiamento subsidiado a empresas, nem sempre rentáveis, e até para construção de estádios para a Copa do Mundo. No período 2009-2012, a emissão de títulos para cobrir investimentos do BNDES foi em média de R\$ 90 bilhões anuais, um total de R\$ 450 bilhões nos últimos cinco anos.

Para financiar a totalidade dos investimentos adicionais de R\$ 215,9 bilhões até 2034, seria necessária a emissão anual de Títulos Públicos pelo Tesouro Nacional no valor de 5,3% do estoque da dívida pública bruta (equivalente a 60,1% do PIB, R\$3,034 trilhões em agosto de 2014). Não é viável propor financiar integralmente – e em todos os anos – a revolução educacional apenas com uso dessa fonte (pois a dívida pública apresentaria uma trajetória de forte crescimento com consequências nocivas para a economia). Contudo é perfeitamente possível usar essa fonte para financiar parte do investimento necessário para uma educação de qualidade.

A aplicação na educação dos recursos obtidos com emissão de nova dívida pública funcionaria como uma espécie de empréstimo intergeracional com retorno ao longo do tempo, muito mais seguro do que os propiciados pelos atuais gastos/investimentos públicos financiados com base na emissão de títulos do Tesouro.

3.4. Imposto sobre Grandes Fortunas

O Brasil é o oitavo país com pior concentração de renda no mundo, e cada vez mais essa concentração decorre da falta do acesso da população a educação de qualidade. Surge um círculo vicioso: a má educação pública disponível para a maioria da população concentra a renda naqueles que, por disporem de renda, podem financiar o acesso à educação de qualidade para os filhos. Esse círculo e a concentração de renda representam uma vergonha nacional, no nível da provocada pela escravidão, e amarram o País, fazem dele uma economia ineficiente e uma sociedade sem harmonia. As tentativas de distribuição de renda por meio de transferências financeiras, Bolsa Escola/Família, não tiveram impacto significativo na desigualdade de renda como, por exemplo, medida pelo índice de GINI (os dados mais recentes da PNAD Contínua 2013 apontam que o índice de GINI parou de cair); mas, sobretudo, são transferências momentâneas que não provocam mudança na estrutura da distribuição como a educação é capaz de provocar. Nada mais óbvio e justo, portanto, do que usar uma pequena parte da renda dos mais ricos para financiar a educação do Brasil.

Dados da PNAD 2012 do IBGE apontam que os 10% mais ricos do Brasil concentram cerca de 42% de toda a renda gerada no País. Se a concentração de renda não piorar – devido ao aumento na concentração da educação –, dos R\$ 6,685 trilhões esperados para o PIB/Renda Nacional em 2034, R\$ 2,8 trilhões serão apropriados pelos 10% mais ricos. Usando uma alíquota de 2,0% sobre a renda estimada para 2034 dos 10% mais

ricos do Brasil estima-se, de maneira conservadora, que seria possível captar anualmente cerca de R\$ 56 bilhões ⁵.

O Imposto sobre Grandes Fortunas está previsto no Art. 153 da Constituição Federal de 1988. Diversas propostas já foram feitas para regularizar esse artigo, incluindo o projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso (Projeto de lei complementar – PLP nº 162/1989). O projeto foi aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde incorporou diversas emendas (tributação da fortuna familiar superior a R\$ 4 milhões, com algumas isenções e uso de alíquotas graduais e progressivas em quatro faixas de 0,1%, 0,2%, 0,4% e 0,7%). Contudo, em 2000 o projeto foi rejeitado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Esse projeto pode voltar, agora, com a justificativa de servir para o financiamento da educação.

Sua reapresentação neste estudo parte do otimismo de que, havendo destinação vinculada à educação, as classes sobre as quais incidirá o ônus poderão ser mais sensíveis. Até porque elas serão beneficiadas por um país educado: tanto pela maior eficiência econômica quanto pela maior harmonia social.

3.5. Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação - CPME

Uma forma de viabilizar um empréstimo intergeracional é repetir a experiência da CPMF dirigindo os recursos para investimentos na Educação futura. Uma alíquota de 0,89% poderia financiar integralmente

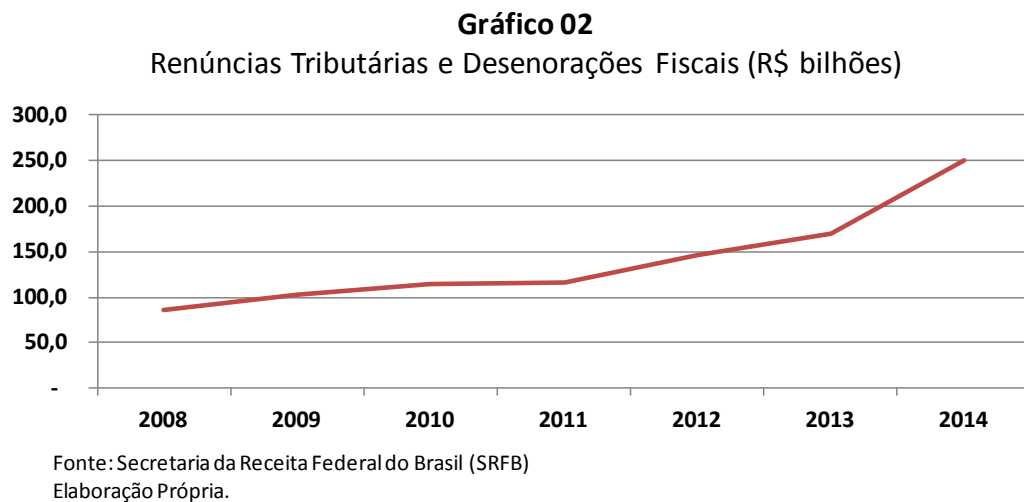
⁵ Com uma alíquota de 7,7% aplicada sobre a renda dos 10% mais ricos, seria possível financiar a totalidade dos investimentos necessários, no valor de R\$ 215,9 bilhões.

os R\$ 215,9 bilhões de recursos adicionais necessários para a educação de qualidade que o Brasil precisa. Considerando alíquota de 0,38% sobre as receitas em transações financeiras (usada na antiga CPMF), esta fonte sozinha tem potencial para financiamento da ordem de R\$ 93,5 bilhões em 2034.

Diferentemente da CPMF, cujo objetivo era cuidar do permanente problema da saúde, a CPME seria um imposto provisório, porque geraria retorno graças aos impactos positivos da educação na economia e na sociedade. Para evitar possíveis efeitos regressivos na aplicação da CPME, ela poderia incidir apenas nas movimentações a partir de um valor mínimo.

3.6. Redução nos sacrifícios fiscais decorrentes de Renúncias e Desonerações

As renúncias e desonerações fiscais em 2013 foram de R\$ 170 bilhões. Prevê-se que em 2014 o valor suba para R\$ 249,8 bilhões, segundo estimativas da Secretaria da Receita Federal (SRFB). No ritmo em o valor das renúncias fiscais cresceram no período 2008-2014, mostrado no Gráfico 2, é imprevisível o montante das renúncias fiscais em 2034. Supondo de forma bastante conservadora que o valor para 2034 seja o mesmo praticado em 2014 (R\$ 249,8 bilhões), e se usarmos integralmente esse valor para educação, já obteríamos um montante superior em R\$ 33,9 bilhões aos R\$ 215,9 bilhões necessários para cobrir todos os gastos adicionais com a revolução educacional de que o País precisa.



Pode-se argumentar que a redução no montante das renúncias fiscais traria transtornos para a economia. Mas o que se observa é que nestes últimos anos, esses sacrifícios não tiveram o impacto esperado na nossa taxa de crescimento industrial.

A economia brasileira certamente suporta, como forma de financiar parte do investimento da educação, uma redução seletiva das renúncias fiscais sobre certos setores hoje beneficiados, não sendo conveniente uma eliminação completa.

3.7. Taxa Verde

Todos os estudos sinalizam para uma catástrofe de proporções planetárias provocada pelo excesso de consumo de combustível fóssil ao longo das próximas décadas. É uma questão de tempo para que sejam tomadas medidas internacionais restritivas ao consumo desses combustíveis. Uma forma será a imposição de taxa sobre o seu consumo.

A taxa sobre combustíveis fósseis e outros consumos depredadores do meio ambiente serviria ao mesmo tempo para reprimir esse consumo e para financiar a educação. Uma estimativa conservadora aponta que, se usadas alíquotas sobre combustíveis similares às adotadas no caso da

CIDE-Combustíveis no período 2007/2010 (quando a média do PIB foi de R\$ 3,1 trilhões e o valor médio arrecadado com a CIDE-Combustíveis foi de R\$ 7,2 bilhões), uma Taxa Verde pode captar, em 2034, aproximadamente R\$ 13,8 bilhões.

3.8. Liberação dos recursos das deduções no IRPF para Educação

Essa dedução se justifica hoje diante do fracasso da educação pública. Mantendo os mesmos parâmetros usados hoje, a renúncia fiscal pode ser estimada, em 2034, em aproximadamente R\$ 5,5 bilhões. Com a implantação da escola pública com a qualidade que o novo sistema educacional apresentará de maneira universal em 2034, já não será necessário manter a dedução atualmente concedida no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) para financiar a educação privada. Isso não implica em política contrária ao setor privado, apenas constata que a qualidade na educação pública tornará a escola particular uma opção livre do usuário, não mais uma necessidade, liberando o Estado de usar recursos com essa finalidade. Mesmo assim, a Comissão recomenda que seja estudada a possibilidade de aprovar-se proposta para criação de um PROESB nos moldes do PROUNI, destinado a financiar escolas privadas com recursos públicos, sempre que essa alternativa for necessária e correta do ponto de vista social⁶.

3.9. Suspensão dos gastos com publicidade governamental

A suspensão dos gastos com publicidade governamental permitiria financiar cerca de R\$ 3,1 bilhões por ano hoje. Uma extrapolação para

⁶ Para esse fim, vale a pena analisar as “escolas concertadas” que existem em países como Chile e Espanha.

2034 resulta no valor de R\$ 4,3 bilhões. Parte desses gastos tem justificativa social, mas boa parte decorre da desnecessária e até antidemocrática prática de promover os governos do momento.

3.10. Recuperação de recursos pela Justiça nos casos de corrupção e contrabando

Dentre 177 países no mundo, o Brasil encontra-se na 72ª posição, no Índice de Percepção da Corrupção (*Corruption Perception Index de 2013*), elaborado pela organização Transparência Internacional. Mesmo sendo difícil estimar quanto é o total de recursos associados com corrupção e contrabando, esta fonte merece ser analisada, não somente pelo valor potencial a ser arrecadado, como também pelo efeito simbólico de valorização das ações legais e fortalecimento das instituições. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) estima que o Brasil perde hoje entre 1,4 e 2,4% do PIB por causa de corrupção e sonegação. Admitindo a média dessas taxas, 1,8% do PIB, e que apenas 10% deste valor seja recuperado, teríamos, em 2034, um valor potencialmente arrecadado de aproximadamente R\$ 12 bilhões (= 10% de 1,8% de R\$ 6.685 bilhões).

3.11. BNDES-E

Entre 2008 e 2014, o BNDES emprestou aproximadamente R\$480 bilhões em financiamento subsidiado, na maior parte a grandes empresas que poderiam financiar-se diretamente nos mercados de capitais. Em grande medida, esses empréstimos subsidiados praticamente tiveram efeito nulo para o setor especificamente social. Por exemplo, do total de desembolso do BNDES em 2013 (cerca de R\$ 190 bilhões), o que

potencialmente pode ser caracterizado como social – o “S” da sigla BNDES – recebeu R\$ 63,5 bilhões, sendo que a quase totalidade desse valor foi destinada ao setor produtivo de micro, pequenas e médias empresas, e não para ações sociais diretas como educação.

Esses recursos do BNDES têm sido majoritariamente financiados por recursos do Tesouro Nacional e pelo FAT, ou seja, pelo contribuinte e pelos trabalhadores.

A educação pode ser em parte financiada pelo BNDES por meio de um fundo – denominado BNDES-E, com uso exclusivo para a Educação – que receba 10% dos recursos emprestados pelo BNDES a juros subsidiados (ou seja, com juros reais negativos) para grandes empresas, com recursos públicos originados do Tesouro Nacional. Com essa fonte e supondo um perfil de desembolso do BNDES similar ao do período 2008-2014, teríamos recursos de aproximadamente R\$ 9 bilhões (=10% de R\$ 90 bilhões) anuais para financiamento da educação.

3.12. Taxação sobre os ganhos nos mercados acionários (IOF-E)

Trata-se da taxa sobre os ganhos nos investimentos na Bolsa de Valores com uso exclusivo para educação. Seria similar ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF, que há décadas incide sobre operações de crédito, câmbio e seguro e operações relativas a títulos e valores mobiliários. Seria o IOF-E.

O volume médio diário de transações na BOVESPA/BMF é da ordem de R\$ 5 bilhões. Supondo uma taxa de 0,8% sobre as operações diárias,

essa fonte poderia gerar para a educação um financiamento da ordem de R\$ 10 bilhões por ano ($= 0,8\% \times R\$ 5 \text{ bilhões} \times 250 \text{ dias úteis/ano}$).

Em caso de perda nos investimentos em ações, não haveria incidência do IOF-E ⁷.

3.13. Ganhos obtidos com os ativos dos Fundos de Pensão das Estatais

Os Fundos de Pensão detêm hoje um montante de ativos avaliados em aproximadamente R\$ 650 bilhões. Supondo ganhos reais de cerca de 5% ao ano nas aplicações desses ativos, e que aproximadamente 5% desses ganhos sejam destinados a financiar a Educação, teríamos uma capacidade de financiamento por ano da ordem de R\$ 1,6 bilhão ($= 5\% \times R\$ 650 \text{ bilhões} \times 5\%$).

Esta fonte só seria usada quando os Fundos atingissem rentabilidade superior às suas respectivas metas atuariais.

3.14. Ganhos de investimento das reservas internacionais do Banco Central

O montante atual das reservas internacionais é de aproximadamente US\$ 375,1 bilhões (em 03/out/2014). A maior parte desses recursos fica aplicada em ativos de baixíssimo risco (*rating AAA*) e com baixíssimo retorno. Na data da quebra do banco Lehman Brothers (set/2008), considerado um ponto crítico na crise de 2007/2009, o Brasil dispunha de US\$ 205,1 bilhões em reservas internacionais. Há consenso de

⁷ Entre essa sugestão e a CPME não há direta superposição, pois a última incide sobre transações relativas a intermediações financeiras, e não a ganhos em mercados acionários.

que esse montante foi suficiente para que o Banco Central fizesse uma adequada gestão das reservas internacionais em termos de sua principal função: ser um seguro contra crises internacionais e defender a moeda doméstica. A crise de 2008 mostrou que o Brasil não precisa de um valor tão elevado de reservas para exercer bem a função de seguro contra ataques à nossa moeda doméstica.

As reservas internacionais atuais do Banco Central superam em cerca de US\$ 174 bilhões o montante existente, que mostrou-se necessário e suficiente em setembro de 2008. Uma fonte factível para o financiamento da educação consiste em destacar o equivalente a R\$ 100 bilhões, cerca de 11% do total atual das reservas, para serem aplicadas em ativos com maior rentabilidade, como por exemplo, os títulos públicos da dívida brasileira. Com o Banco Central agindo como credor em relação ao Tesouro Nacional e supondo de forma conservadora uma rentabilidade de 10% por ano (um retorno bem maior do que hoje obtido com títulos americanos), essa fonte poderia assegurar R\$ 10 bilhões (=10% de R\$ 100 bilhões) ao ano para financiar a educação.

3.15. Lucro líquido consolidado das Estatais Federais

Segundo o dado disponível mais recente, em 2012 havia 141 empresas estatais federais. Dessas, 122 eram do chamado Setor Produtivo Estatal (SPE), constituído de empresas que atuam na produção de bens e serviços em importantes setores como os de petróleo e derivados, energia elétrica e transportes, e 19 que atuam no Setor Financeiro, incluindo bancos múltiplos e/ou agências de fomento.

Em 2012, as empresas estatais que apresentaram os maiores lucros líquidos foram (em R\$ bilhões): PETROBRAS (holding) R\$ 20,9; PNBV R\$ 5,1; BR R\$ 1,9; BRASOIL NIGERIA R\$ 1,4; ECT R\$ 1,0; GASPETRO R\$ 1,0; TAG R\$ 1,0; BB SEGUROS R\$ 1,0; 953; PBN R\$ 0,9 e PIB BV R\$ 0,7. Por sua vez, os maiores prejuízos líquidos foram apresentados pelas seguintes estatais: ELETROBRAS (*holding*) (6.879); CHESF (5.341); FURNAS (1.322); PAI (1.205); PIFCo (1.013); AmE (923); ELETRONORTE (739); REFINARIA ABREU E LIMA (555); CGTEE (418) e BRASOIL (244).

A Tabela 5 abaixo mostra o potencial de financiamento de uma reserva de 10% do Lucro Líquido Consolidado das estatais federais usando como base o período 2009/2012. Pode-se estimar conservadoramente que essa fonte permitiria a captação de pelo menos R\$ 6 bilhões por ano. Isso porque o resultado das estatais nos últimos anos tem sido menor do que poderia ter sido obtido, em função do baixo crescimento do PIB e da manipulação dessas empresas como forma de reprimir a elevação dos preços de seus produtos.

Tabela 5
Lucro Líquido Consolidado das Empresas Estatais Federais (R\$ Bilhões) (2009/2012)

	2009	2010	2011	2012	Média (2009/2012)
Setor Produtivo Estatal (SPE)	28,6	39,7	34,4	16,0	29,7
Instituições Financeiras Estatais	27,6	32,2	34,0	27,6	30,4
Total das Estatais Federais	56,1	71,9	68,4	43,6	60,0
Valor da Fonte com Reserva de 10%	5,6	7,2	6,8	4,4	6,0

Fonte: Min. do Planejamento

Elaboração Assessoria Econ. Gab. Sen. Cristovam Buarque

4. Consolidação e combinação das fontes

A tabela 6 traz o resumo do potencial de financiamento para as 15 sugestões listadas neste relatório.

Tabela 6
Potencial de Financiamento das Fontes Sugeridas (2034)

Item	Descrição	Potencial de Financiamento (R\$ bilhões)
a	Aumento da Produtividade Obtido com a Educação	100.3
b	Poupança Obtida com Redução nos Gastos Sociais	100.0
c	Emissão de Títulos Públicos pelo Tesouro Nacional (5,3 % da Dívida Bruta)	215.9
d	Imposto sobre Grandes Fortunas	56.2
e	CPME - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação	93.5
f	Redução nos Sacríficos Fiscais Decorrentes de Renúncias e Desonerações	249.8
g	Taxa Verde (sobre Combustíveis Fósseis e Consumos Depredadores do Meio Ambiente)	13.8
h	Liberação dos Recursos das Deduções no IRPF para Financiar Escolas Particulares	5.5
i	Suspensão dos Gastos com Publicidade Governamental	4.3
j	Recursos Recuperados pela Justiça nos Casos de Corrupção e Contrabando	12.0
k	BNDES-E	9.0
l	Taxação sobre os Ganhos nos Mercados Acionários (IOF-E)	10.0
m	Aporte dos Ganhos Obtidos com os Ativos dos Fundos de Pensão	1.6
n	Aporte de Ganhos Obtidos com Investimento das Reservas Internacionais do Banco Central	10.0
o	Lucro Líquido Consolidado das Empresas Estatais Federais	6.0
TOTAL		887.9

Com essas quinze fontes de financiamento, seria possível mobilizar anualmente R\$ 887,9 bilhões em 2034, o que equivale a 4,1 vezes mais do que o valor de R\$ 215,9 bilhões necessários para financiar, em 2034, a revolução em todos os níveis educacionais no Brasil, adicionais aos recursos já despendidos atualmente e aos R\$ 35 bilhões previstos dos royalties do Petróleo.

Se não for possível contar com os royalties do petróleo, a mobilização anual ainda equivaleria a um montante 4,0 vezes maior que a soma de recursos necessários. Isso mostra que, diferentemente de muitos outros países, se houver vontade política da população, dos governos e do Congresso, existirão recursos para fazer os investimentos necessários para uma revolução na educação. A dificuldade está na combinação política de quais fontes poderão ter seus recursos reorientados para o financiamento da educação com a máxima qualidade para todos os brasileiros.

São inúmeras as alternativas possíveis de combinação, desde eliminar de algumas fontes –mantendo seus atuais destinos e não fazendo qualquer reorientação de seus recursos – até concentrar o esforço em poucas das fontes mais robustas, ou destinar apenas parte dos recursos potenciais de cada fonte.

A definição da composição da matriz de fontes não é tarefa deste relatório. Mesmo assim, para fins de reafirmar o pequeno tamanho do esforço financeiro necessário, a Tabela 7 a seguir indica uma distribuição da responsabilidade de cada fonte. Percebe-se que, pela distribuição proposta, cerca de 75% dos recursos ficam mantidos no atual uso e apenas aproximadamente 25% seriam utilizados para financiar a educação.

Tabela 7
Combinação das Quinze Fontes de Financiamento Sugeridas (2034)

Item	Descrição	Potencial de Financiamento (R\$ bilhões)	% Sugerido para Uso como Fonte	Financiamento Efetivo (R\$ bilhões)	Valor que Não será Necessário Utilizar (R\$ Bilhões)
a	Aumento da Produtividade Obtido com a Educação	100.3	20.0	20.1	80.2
b	Poupança Obtida com Redução nos Gastos Sociais	100.0	20.0	20.0	80.0
c	Emissão de Títulos Públicos pelo Tesouro Nacional (5,3 % da Dívida Bruta)	215.9	20.0	43.2	172.7
d	Imposto sobre Grandes Fortunas	56.2	20.0	11.2	44.9
e	CPME - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação	93.5	33.0	30.9	62.7
f	Redução nos Sacríficos Fiscais Decorrentes de Renúncias e Desonerações	249.8	25.0	62.4	187.3
g	Taxa Verde (sobre Combustíveis Fósseis e Consumos Depredadores do Meio Ambiente)	13.8	20.0	2.8	11.0
h	Liberação dos Recursos das Deduções no IRPF para Financiar Escolas Particulares	5.5	100.0	5.5	-
i	Suspensão dos Gastos com Publicidade Governamental	4.3	20.0	0.9	3.4
j	Recursos Recuperados pela Justiça nos Casos de Corrupção e Contrabando	12.0	20.0	2.4	9.6
k	BNDES-E	9.0	29.0	2.6	6.4
l	Taxação sobre os Ganhos nos Mercados Acionários (IOF-E)	10.0	20.0	2.0	8.0
m	Aporte dos Ganhos Obtidos com os Ativos dos Fundos de Pensão	1.6	50.0	0.8	0.8
n	Aporte de Ganhos Obtidos com Investimento das Reservas Internacionais do Banco Central	10.0	100.0	10.0	-
o	Lucro Líquido Consolidado das Empresas Estatais Federais	6.0	20.0	1.2	4.8
TOTAL		887.9		215.9	671.9

Para definir uma combinação ideal, seria necessário avaliar as críticas e os riscos de cada uma das quinze fontes sugeridas. A Lista 1 abaixo aponta de forma não exaustiva algumas restrições possíveis às sugestões de financiamento.

Lista 1		
Críticas Potenciais para as Quinze Sugestões de Fontes de Financiamento		
Item	Descrição	Críticas
a	Aumento da Produtividade Obtido com a Educação	i) Tempo efetivo para efeito da educação na produtividade ser maior do que 20 anos ii) Intangibilidade nos ganhos (como provar que os ganhos são decorrentes da melhoria educacional?)
b	Poupança Obtida com Redução nos Gastos Sociais	i) Necessidade de tempo para proposta surtir efeito pode ser maior do que 20 anos ii) Forte intangibilidade nos ganhos (como provar que os ganhos são decorrentes da melhoria educacional?)
c	Emissão de Títulos Públicos pelo Tesouro Nacional (4,2 % da Dívida Bruta)	i) O Brasil é o país com maior dívida pública bruta no conjunto de países com renda <i>per capita</i> similar. É necessário apresentar detalhes dos títulos públicos associados à dívida nova proposta no relatório ii) Qual tipo de indexação? (títulos públicos atrelados à inflação, ao câmbio ou a taxa Selic?) iii) Qual deve ser a maturidade dos novos títulos? iv) Qual a taxa de juros implícita no endividamento público? v) Qual o efeito sobre a rolagem e sobre encargos da dívida já existente?
d	Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)	i) Fragilidade institucional nas questões tributárias no Brasil: toda proposta de aumento da Carga Tributária pode ser vista com desconfiança em termos de eficiência/eficácia ii) Evasão de divisas com o IGF, fuga de capitais do país, redução de investimentos, com consequente desaceleração do crescimento econômico iii) Aumento da sonegação fiscal (ocultação de patrimônio) iv) Aumento da cumulatividade dos impostos (IGF incidindo sobre bens que já foram taxados) v) Dificuldade de apuração, arrecadação e fiscalização do IGF vi) Desestímulo na aquisição de patrimônio
e	CPME - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação	i) Fragilidade institucional nas questões tributárias no Brasil: toda proposta de aumento da Carga Tributária pode ser vista com desconfiança em termos de eficiência/eficácia ii) Histórico de uso inadequado da CPMF (como garantir que com o CPME será diferente?)
f	Redução nos Sacrifícios Fiscais Decorrentes de Renúncias e Desonerações	i) Risco de redução no PIB pode implicar em redução nos ganhos do salário mínimo
g	Taxa Verde (sobre Combustíveis Fósseis e Consumos Depredadores do Meio Ambiente)	i) Fragilidade institucional nas questões tributárias no Brasil: toda proposta de aumento da Carga Tributária pode ser vista com desconfiança em termos de eficiência/eficácia ii) Aumento da cumulatividade (pois os bens passíveis de incidência da taxa verde já são tributados) iii) Aumento do custo de produção iv) Redução de postos de trabalho (aumento do desemprego)

h	Liberação dos Recursos Decorrentes das Isenções no IRPF para Financiar Escolas Particulares	i) Redução da competitividade das escolas privadas (frente às escolas públicas)
i	Suspensão dos Gastos com Publicidade Governamental	i) Alegação de que os gastos com publicidade são essenciais para a gestão governamental
j	Recursos Recuperados pela Justiça nos Casos de Corrupção e Contrabando	i) Os recursos associados com esta fonte associam-se com a denominada economia “sombra” (<i>shadow economy</i>) e neste caso qualquer estimativa de arrecadação é necessariamente carregada de imprecisão ii) Dificuldade de rastreamento, arrecadação e fiscalização da proposta
k	BNDES-E	i) Ingerência nas funções do BNDES (adicionando uma função de financiamento educacional que não está no regulamento do Banco)
l	Taxação sobre os Ganhos nos Mercados Acionários (IOF-E)	i) A taxaçoão pode gerar migração de recursos dos mercados acionários brasileiros para outros centros financeiros do mundo onde a alíquota marginal de tributação é menor ii) Aumento da vulnerabilidade externa do país iii) Aumento da volatilidade nos mercados acionários iv) Retração nas intenções das pequenas e médias empresas em captar recursos nos mercados acionários (via Oferta Pública Inicial - IPO ou mesmo via oferta secundária) v) Impacto negativo na Conta Financeira e no Balanço de Pagamentos vi) Aumento do Custo de Capital para as empresas em um ambiente de maior restrição de acesso ao crédito
		vii) Aumento da dependência de financiamento das empresas em relação aos bancos estatais
m	Ganhos Obtidos com os Ativos dos Fundos de Pensão	i) Desincentivo ao investimento em ativos dos Fundos de Pensão ii) Ingerência nos objetivos dos Fundos de Pensão (adicionando uma função de financiamento educacional que não está nos seus estatutos)
n	Ganhos Obtidos com Investimento das Reservas Internacionais do Banco Central	i) Aumento da vulnerabilidade externa ii) Melhor uso das reservas em outras aplicações (que não financiamento da educação) como redução da dívida interna (que tem altíssimo custo e relativa baixa maturidade)
o	Lucro Líquido Consolidado das Empresas Estatais Federais	i) Redução da capacidade de geração do Superávit Fiscal

5. A engenharia política e administrativa

5.1. A dificuldade da Política Econômica

Os números analisados neste relatório mostram a viabilidade financeira da proposta e alternativas de fontes de financiamento. A dificuldade está na engenharia política. A Lei 13.005/2014, que obriga o Governo a investir 10% do PIB em educação a partir do 10º ano de sua vigência, seria suficiente para assegurar que o Brasil investisse a totalidade desses recursos, ainda inferiores a essa determinação, desde que o PIB cresça apenas 2% ao ano. O problema não é, portanto, se investirá, mas de quais fontes investirá, se de alguma entre estas quinze ou de outras que esta Comissão não identificou.

Quaisquer que sejam as fontes escolhidas, elas implicarão sacrifícios a setores beneficiados por seus recursos. Até mesmo a fonte obtida via aumento da produtividade – graças à educação – é atualmente apropriada por outros setores. Nenhum dos setores beneficiados vai querer abrir mão de seus privilégios, os governos estaduais e municipais vão resistir às perdas de influência.

Mas o Brasil vive um momento decisivo de sua história: enfrentar ou não a necessidade de sacrifícios individuais e corporativos no presente para construir o futuro da nação. Se decidir enfrentar o desafio, o enfoque político definirá a equação financeiro-institucional entre as quinze alternativas citadas e a estrutura do pacto federativo necessário.

Os mais ambiciosos programas de desenvolvimento no Brasil, de Juscelino e do regime militar, jamais deram prioridade à educação, preferindo investir na infraestrutura econômica. Nos últimos anos, nem

isso tem sido feito. A opção foi promover o consumo no lugar de apenas investimentos. Essas opções não são resultado apenas de obscurantismo dos governantes, são parte da cultura brasileira. Por um lado, a educação não é vista como prioridade, nem riqueza; por outro, há uma avassaladora preferência pelo consumo imediato, e educação só traz benefícios no médio e longo prazo. E nem sempre com um benefício tangível como um carro ou casa própria.

A tradição histórica não permite otimismo quanto à disposição política para fazer sacrifícios individuais no presente em troca de benefícios coletivos no futuro. Por isso, é grande a probabilidade de que estas quinze propostas não sejam utilizadas, e que o Brasil continue entre os países com menor grau de educação e, portanto, com menor chance de integrar o conjunto das economias inovadoras e sociedades harmônicas. Assim, repetiríamos no século XXI a mesma situação ocorrida nos séculos XIX e XX quando, por falta de estratégia e investimentos em educação, ficamos para trás, e nos tornamos economia e sociedade periféricas.

Ao mesmo tempo, surge a percepção de que Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação são absolutamente essenciais para fazermos frente às exigências de avanço para o País e de bem-estar para as famílias. A convocação desta Comissão já é indicador dessa necessidade de mudança para chegarmos à educação de qualidade.

Esperamos que este relatório esteja sintonizado com essa percepção e seja um facilitador das decisões políticas, mostrando:

i) como o Brasil, com suas economia e suas rendas pessoais e públicas, pode fazer a revolução educacional de que necessita,

ii) que o problema é político e sua solução depende da consciência nacional entre eleitos e eleitores.

a) Os discursos paralisantes

Além da grande possibilidade de nenhum setor querer abrir mão de seus privilégios específicos e imediatos em benefício do futuro nacional, existe o grande risco de que grupos mais diretamente envolvidos com a educação também apresentem resistências.

Por um lado, acostumados à penúria do financiamento para educação, muitos consideram essa utopia idealista um projeto por demais ambicioso. Outros alegarão – conscientes de que até a penúria é desperdiçada, deixando a educação abaixo do que seria possível – que a solução é gastar com mais eficiência, e não buscar mais recursos. Entre os primeiros estão as lideranças sindicais dos professores, e talvez nem aceitem debater estas ideias. Alguns preferem responsabilizar os professores, dizendo que o problema é apenas de gestão, e se manifestarão contrários às mudanças radicais aqui apresentadas. Finalmente, os milhares que se envolveram na elaboração do PNE-II, e passaram a considerá-lo uma Bíblia, tomarão como blasfêmia a ousadia de propor alternativas, especialmente fontes de financiamento, alegando que esse assunto já teria sido resolvido sob o colosso dos 10% do PIB, além da imensidão dos royalties do petróleo.

E há ainda aqueles que dirão que, em vez de identificar fontes de recursos, é preciso cortar custos da máquina pública, sem dizer em que

setores, sem calcular quanto seria liberado nem analisar os impactos econômicos e sociais desses cortes.

5.2. As dificuldades institucionais

A primeira dificuldade institucional decorre da estrutura que executará os investimentos e a gestão do novo sistema. Se mantivermos a atual estrutura municipal, será impossível oferecer as condições necessárias para levar às escolas os recursos de que o país dispõe. Os municípios são desiguais quanto à capacidade financeira, e na sua quase totalidade não têm como financiar uma escola ao custo de R\$ 9.500,00 por aluno/ano. A educação municipalizada perpetua a desigualdade e a fragilidade da educação. O mesmo pode ser dito quanto à maioria dos estados brasileiros. Assim, o futuro das crianças é um passaporte duplamente selado. A negação de uma boa escola pública carimba o CPF de seus pais. A municipalização, por sua vez, carimba o CEP.

Apenas 38% dos municípios têm receita orçamentária total por aluno igual ou superior a R\$ 9.500,00 por ano. Ou seja, em 62% dos municípios, mesmo que hipoteticamente fossem reservadas 100% das receitas para a educação, não existiriam recursos para financiar uma revolução educacional para suas crianças; além disso, a desigualdade entre os municípios não permite oferecer uma educação com qualidade equivalente a todas as crianças brasileiras, como mostra a Tabela 8.

O município que quiser reservar 35% de sua receita para investir R\$9.500,00 por aluno/ano precisa dispor de uma receita total por aluno superior a R\$ 27.143,00 (35% desse valor correspondem a R\$ 9.500,00). Supondo a proporção constante de 1 aluno para 4 habitantes, em todos os

municípios do Brasil, estima-se que apenas 0,7% dos municípios têm receita por aluno acima desse patamar e capacidade financeira para financiar a educação de excelência aqui proposta.

Tabela 8

Cinco Maiores e Cinco Menores Receitas Orçamentárias per Capita e por Aluno das Cidades Brasileiras – 2012

Cidade	Estado	Receita Orçamentária por habitante (R\$)/ano	Estimativa da Receita Orçamentária por Aluno (R\$)/ano
São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	17.394,38	69.577,53
Alto Horizonte	GO	13.322,91	53.291,62
Paulínia	SP	12.069,43	48.277,73
São Francisco do Conde	BA	11.844,24	47.376,96
Anchieta	ES	11.829,70	47.318,80
São Gonçalo	RJ	895,22	3.580,88
São João de Meriti	RJ	882,55	3.530,20
Bragança	PA	864,53	3.458,13
Iracema	RR	808,51	3.234,03
Itapicuru	BA	801,97	3.207,88
Média para os Municípios Brasileiros		2.227,26	8.909,03

Fonte: FINBRA/STN

Elaboração Própria

Além de pobres e desiguais, nossos municípios não dispõem dos recursos humanos necessários. Deixar a responsabilidade da educação sobre eles é condenar nossas crianças a continuarem sendo um problema municipal, e não a solução nacional.

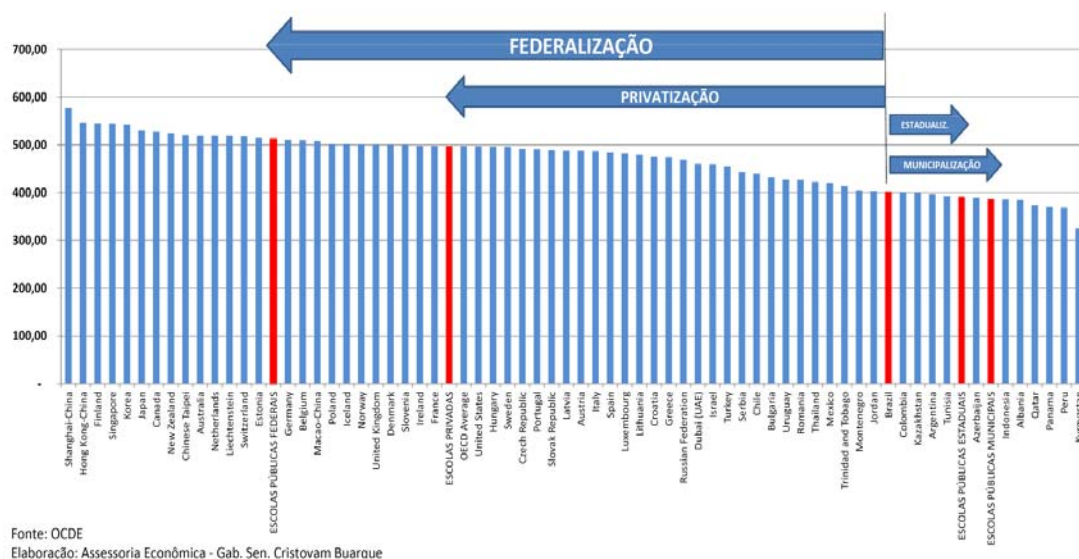
A única forma de oferecer os recursos necessários e equalizar a qualidade da educação é aumentar a responsabilidade da União, implantando uma Carreira Nacional do Magistério e adotando as escolas pelo Governo Federal. A federalização já elevou a qualidade educacional de escolas como Colégios Pedro II, Escolas Técnicas, Institutos de Aplicação e Colégios Militares.

Embora essas escolas federais ainda não correspondam ao ideal proposto neste relatório, o Gráfico 3 a seguir mostra como as atuais escolas federais, mesmo sem as mudanças aqui apresentadas, elevariam a posição do Brasil no cenário internacional, em termos de desempenho no teste PISA. Se todas as nossas escolas fossem iguais às federais, o Brasil deixaria de ocupar a posição 54ª, entre Jordânia e Colômbia, e passaria para o 15º lugar, em colocação à frente da Alemanha.

É certo que esse desempenho das Escolas Públicas Federais decorre em parte do processo de seleção, que coloca seus alunos entre os melhores de sua faixa etária. Mas a universalização das escolas federais, desde a primeira infância, dará a todos o mesmo bom preparo desde o início da Educação Básica.

Gráfico 3:

Nota Média dos Países no PISA 2009, considerando para o caso do Brasil as alternativas de Total Federalização, Privatização, Estadualização ou Municipalização.



Apesar disso, tudo indica que prefeitos e governadores reagirão à perda política que significa nomear um secretário de Educação com poder para gerir professores, nomear diretores, atender pedidos de vagas. Muitos deles preferirão manter suas crianças em escolas pobres, que não ensinam e enfrentam greves de professores, desde que sejam do município ou do estado.⁸

Por isso, a melhor maneira de realizar a federalização da Educação Básica é executá-la respondendo aos pedidos voluntários das cidades e municípios. O Governo Federal adotaria as escolas das cidades que não

⁸ É interessante observar como é comum a solicitação ao governo federal que federalize universidades estaduais ou particulares, mas jamais observamos na história do Brasil um prefeito solicitar, em nome das crianças do seu município, a adoção de suas escolas de Educação Básica. Recentemente, a falência de uma universidade particular no Rio de Janeiro provocou dezenas de manifestações e inclusive a realização de audiências na Comissão de Educação do Senado Federal, visando à adoção da massa falida pelo governo federal. Mas ainda parece estranha a ideia de solicitar o mesmo para crianças que frequentam escolas municipais.

tivessem condições de oferecer educação de qualidade de suas crianças, cujas prefeituras solicitassem essa adoção, seguindo ritmo de implantação e critérios definidos pelo Governo Federal.

6. Como fazer

6.1. A adoção federal das Escolas Municipais e Estaduais

A revolução educacional exige uma união nacional pela Educação: uma adoção da Educação Básica por parte da União. Uma solução para não criar a sensação de perda de poder das unidades federativas é deixar que a federalização seja feita por iniciativa do município e estado: voluntariamente, eles pediriam a conversão de suas escolas municipais ou estaduais para federais, alegando o direito de suas crianças a uma escola de qualidade e a falta de recursos do município ou do estado para atender esse direito.

Alguns consideram que isso requer uma mudança na Constituição. Mas não tem sido necessário mudar a Constituição cada vez que o Governo Federal decide instalar uma Escola Técnica Federal (ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) em qualquer de nossas cidades. Se a Constituição já permite e os estados e municípios pedem a abertura de unidades deste tipo de escola, a Constituição não impediria que fossem abertas muitas outras escolas ou mesmo a adoção pelo governo federal de todas as escolas de um determinado município.

Considerando a hipótese de que todas as cidades passem a aderir ao programa nacional de adoção federal, o Governo Federal definiria o ritmo da federalização (o número de cidades em que a adoção seria feita a cada ano) e os critérios para adoção. Este estudo considerou que a adoção

plena seria completada em 20 anos, salvo em cidades ou estados que se sintam em condição de cuidar de sua educação apenas com recursos locais.

Difícilmente esse processo será implantado se o Governo Federal não dispuser de uma instância jurídica administrativa para cuidar especificamente do assunto. Por isso será necessário que o Ministério da Educação se concentre nesse projeto, deixando a Educação Superior para outra instância.

6.2. A engenharia da Refundação da Universidade

O Ensino Superior dispõe de presença e máquina administrativa capazes de conduzir a refundação da Universidade Brasileira, desde que disponha de recursos.

A Educação Superior disporá em 2034 de R\$ 32,2 bilhões a mais do que em 2014. Isso permitirá o aumento do número de alunos e a melhoria da qualidade que virá do salto na Educação Básica.

O avanço tecnológico, com o uso de novas formas de aprendizagem – flexível, aberta e a distância –, vai reduzir substancialmente o custo anual por aluno, mesmo com salários mais elevados para professores e com os investimentos necessários para a modernização de equipamentos.

As universidades e faculdades independentes, junto com o MEC, fariam protocolos de compromisso para atender metas determinadas em comum acordo.⁹

6.3. A engenharia da educação ampla

Por meio do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, o Brasil investirá nos programas necessários para educar a população brasileira nos moldes aqui propostos. Nesse caso, será necessária a cooperação entre os entes federativos.

6.4. A engenharia fiscal

Atualmente, os gastos com Educação se distribuem aproximadamente da seguinte forma: Governo Federal 1,3%; Estados 2,5% e Municípios 2,4%. Do valor despendido pelo Governo Federal, cerca de 80% se destina para o Ensino Superior. Com a federalização, toda a responsabilidade de financiamento da Educação Básica passa para o Governo Federal, e as demais unidades da federação deverão repassar os seus atuais gastos para a União, ou assumir a responsabilidade por determinados investimentos. Isso vai exigir um cuidadoso esforço de reorganização da distribuição dos recursos entre as unidades federativas, ao longo de alguns anos.

6.5. A gestão das Escolas Federais

A federalização não deve significar centralização gerencial e deve ser feita com liberdade pedagógica. Em cada cidade, um Conselho Escolar,

⁹ Mais informações sobre a Refundação da Universidade encontram-se no documento que descreve o Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação – SNCI, que compõe o Anexo II deste documento.

em conjunto com a secretaria municipal de Educação, participaria da definição da parte complementar do currículo e da supervisão, com autonomia nas suas decisões gerenciais. Por outro lado, o Governo Federal daria autonomia a cada escola para usar recursos e fazer sua gestão, mantidos critérios nacionais, inclusive a carreira nacional do magistério.

6.6. A Carreira Nacional do Magistério

Atualmente o governo federal tem 25.372 funções docentes na Educação Básica em 512 escolas federais como Colégios Militares, Institutos de Aplicação, Escolas Técnicas e as unidades do Colégio Pedro II.¹⁰ A federalização requer consolidar e ampliar a carreira do professor com salário mensal médio de R\$ 9.500,00, para atrair os melhores jovens do País para a carreira do magistério. Esses professores seriam selecionados de maneira rigorosa e cuidadosa por concurso, mas antes de serem contratados definitivamente passariam por curso e prática pedagógica com duração de um ano – inclusive no uso das mais modernas tecnologias de informação e comunicação –; seriam comprometidos com a dedicação exclusiva ao magistério na escola para onde fossem designados; seriam submetidos a avaliações periódicas; a estabilidade plena de que dispõem os atuais professores seria substituída por uma estabilidade responsável, ou seja, de natureza funcional e política, mas dependendo do resultado das avaliações periódicas. Os professores seriam lotados nas cidades para os quais o contrato foi orientado, sem possibilidade de realocação antes de cinco anos de exercício no cargo.

¹⁰ Dado mais recente retirado da Sinopse Estatística da Educação Básica – 2013 INEP/MEC.

Durante alguns anos, as escolas terão professores da nova carreira federal, com elevados salários e regime de dedicação exclusiva e estabilidade responsável, e ainda os professores das atuais carreiras que não forem aprovados nos novos concursos. O custo estimado para a execução do programa prevê que esses professores das carreiras atuais participarão, até a aposentadoria, do processo educacional ao lado dos professores federais e terão seus salários elevados para R\$ 4.000,00 por mês, o que representa mais do dobro da média atual. Estima-se que em pouco mais de 20 anos todos os professores sejam da nova carreira. A cada ano, os professores do regime tradicional poderão fazer concurso e migrar para a nova carreira.

6.7. As novas edificações

As cidades que forem adotadas pelo governo federal terão quase todas as antigas instalações substituídas por prédios novos e confortáveis. Todas as escolas disporão dos mais modernos equipamentos esportivos e culturais, dos mais modernos sistemas de Tecnologias da Informação e Comunicação -TICs e de sistemas de refrigeração que permitam vencer o brutal inimigo da educação que é o calor em certas regiões do país.

6.8. Horário integral

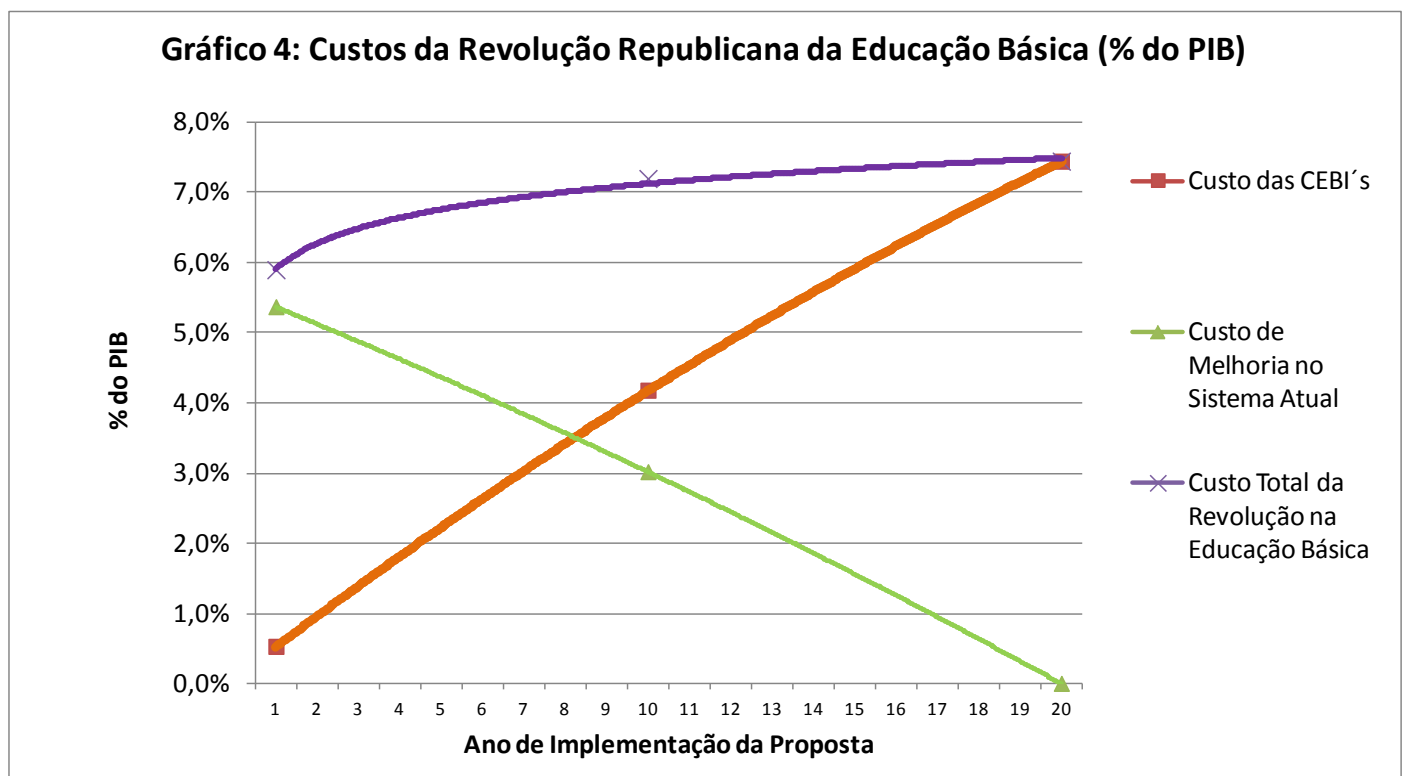
Nas cidades adotadas, todas as escolas do novo sistema funcionarão em horário integral.

7. A transição

Ao longo de 20 anos, o Brasil terá dois sistemas educacionais: o tradicional em extinção e o novo em implantação. O sistema tradicional

continuará evoluindo, recebendo o apoio dos atuais projetos federais como Fundeb, Livro Didático, Merenda Escolar, Formação de Professores, Pacto pela Alfabetização. Enquanto isso, as cidades adotadas darão saltos de qualidade em poucos meses da implantação do novo sistema.

O Gráfico 4 apresenta a evolução provável dos custos para a revolução na Educação Básica ao longo da transição de 20 anos.



8. Conclusão

Com vontade política de parte das lideranças e da população seria perfeitamente possível, com sacrifícios de curto prazo de outros setores, fazer a revolução educacional de que o Brasil precisa.

Se nenhuma dessas alternativas de financiamento for utilizada e se outras não forem identificadas, não será possível realizar as metas para a educação que o País merece. O Brasil continuará com seu futuro comprometido por falta de uma população com educação de elevada qualidade. As portas para o mundo da inovação continuarão fechadas, como ficaram ao longo da história do Brasil em ciclos como o açúcar, a borracha, o café, o ouro e a prata; ou como no momento da revolução industrial do século XIX que não pudemos aproveitar, sobretudo pelo estado deplorável de nossa educação. Fizemos do Brasil um país rico, mas sempre atrasado, ineficiente economicamente e desarmônico socialmente.

Outra vez o mundo atravessa uma revolução industrial, desta vez baseada no conhecimento que vem da educação de qualidade. E novamente estamos em dúvida sobre como obter os recursos necessários para uma revolução educacional que requer o gasto de 9,6% do PIB, dos quais cerca de 6,2% (considerando todos os níveis educacionais) já são gastos hoje. O Brasil se nega a dar o passo decisivo rumo ao futuro por causa de 3,4% do PIB.

Para sabermos quais serão as consequências de não executar um ousado plano alternativo para a Educação Básica, basta comparar a história de países que investiram substancialmente em educação nas últimas décadas com o que aconteceu com o Brasil por causa de nosso desprezo pela Educação Básica e nossa recusa em fazer os investimentos necessários: ficamos para trás, pois mesmo aumentando o PIB tradicional,

não ingressamos no mundo dos países inovadores, nem construímos uma sociedade justa.

Outra vez estamos assistindo, do lado de fora, à passagem do trem da revolução científica e tecnológica que acontece graças, sobretudo, à educação. Com uma diferença: desta vez, temos os recursos e percebemos o que acontece ao redor. Não temos desculpas.

Sala da Comissão, em

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Cristovam Buarque', with a stylized flourish at the end.

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Relator da Comissão Destinada a Debater e Propor Soluções para o
Financiamento da Educação no Brasil - CTEDUC

Anexo I

Tabela 9: Investimentos Necessários para a Revolução Educacional

Ano	2015	2025	2034
Período de Tempo	1	10	20
1. Número de Alunos - milhões	50,9	49,1	52,3
1.1 no Novo Sistema com a Escola Ideal - milhões	2,5	24,6	52,3
1.2 no Sistema Tradicional - milhões	48,3	24,6	-
2. Investimento necessário por aluno			
2.1 na Escola Ideal - R\$	9.500,00	9.500,00	9.500,00
2.2 no Sistema Educacional Vigente - R\$	5.090,00	6.860,00	-
3. Custo Anual da Educação Básica (3) = (3.1) + (3.2) – R\$ bilhões	270,3	402,0	497,0
3.1 Custo do Novo Sistema com a Escola Ideal (3.1) = (2.1) x (1.1) – R\$ bilhões	24,2	233,5	497,0
3.2 Custo do Sistema Tradicional (3.2) = (2.2) x (1.2) – R\$ bilhões	246,1	168,6	0,0
4. PIB – R\$ bilhões	4.588,6	5.593,5	6.684,7
5. Custo Anual da Educação Básica como % PIB (5) = (3) ÷ (4)	5,9%	7,2%	7,4%
6. Gastos com Educação Básica (supondo mesmo 5,% do PIB de hoje) – R\$ bilhões	234,0	285,3	340,9
7. Contribuição Esperada do Pré Sal – R\$ bilhões (se destinado somente para Educação Básica)	5,0	17,5	35,0
8. Déficit na Educação Básica a ser Financiado - R\$ bilhões (8) = (3) – (6) - (7)	31,2	99,3	121,1
9. Déficit na Educação Básica como % do PIB - (9) = (8) ÷ (4)	0,7%	1,8%	1,8%
10. Custo do Ensino Superior - R\$ bilhões	55,1	67,1	80,2
11. Gastos Atuais do Ensino Superior – R\$ bilhões	48,2	48,2	48,2
12. Déficit Gastos do Ensino Superior – R\$ bilhões (12 = 10 – 11)	6,9	18,9	32,0
13. Déficit do Custo do Ensino Superior como % do PIB - (13 = 12 ÷ 4)	0,2%	0,3%	0,5%
14. Custo Educação Complementar da População – R\$ bilhões	2,2	26,3	62,8
15. Gastos atuais com Educação Complementar da População - R\$ bilhões	0,0	0,0	0,0
16. Déficit com Educação Complementar – R\$ Bilhões (16 = 14 – 15)	2,2	26,3	62,8
17. Déficit do Custo da Educação Complementar da População % do PIB – (17 = 16 ÷ 4)	0,0%	0,5%	0,9%
18. Custo Total da Revolução na Educação – R\$ Bilhões (18 = 3 + 10 + 14)	327,5	495,5	640,0
19. Custo Total da Revolução na Educação como % do PIB (19 = 18 ÷ 4)	7,1%	8,9%	9,6%
20. Déficit do Custo total para Revolução na Educação Brasileira – R\$ bilhões (20=8+ 12+16)	40,3	144,5	215,9
21. Déficit total da Revolução na Educação como % do PIB (20) = (19) ÷ (4)	0,9%	2,6%	3,2%

Anexo II
Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação (SNCI)

SNCI

Proposta para a Construção de um Sistema

Nacional de Conhecimento e Inovação

Cristovam Buarque

Setembro de 2012

Esta proposta foi elaborada basicamente por mim, sobre quem deve caber toda responsabilidade. Mas teria sido impossível sem o debate semanal, ao longo de meses, com um grupo composto por: Marcos Formiga, Célio da Cunha, Walter Garcia, Marcondes Araújo, Neantro Saavedra, Fernando Seabra, Vamireh Chacon, Heitor Gurgulino de Souza, Joanílio Teixeira e Waldery Rodrigues Júnior.

Especialmente as ideias e provocações do eco-economista amazônida e educador Armando Mendes, que faleceu subitamente nesse período, deixando sua instigante contribuição. Por isto, é a ele que dedicamos esta proposta para a criação de um Sistema Nacional de Conhecimento.

Introdução: às Senadoras e Senadores

As atividades do Senado Federal sempre têm importância para o futuro do País. Mas, em alguns momentos, as decisões que tomamos têm significação mais dramática que em outros. Ao longo dos próximos dias e talvez meses o Senado se debruçará sobre a proposta do Segundo Plano Nacional de Educação (PNE-II), aprovada na Câmara dos Deputados. A apresentação deste novo PNE é a chance de formular o Sistema Nacional do Conhecimento e de Inovação que até aqui não existe no Brasil.

No mesmo momento em que o Congresso debate um novo Plano Nacional de Educação, o Brasil foi reprovado no vestibular para o futuro. A mídia divulgou os trágicos resultados da avaliação na educação pelo IDEB, mostrando que nossas escolas públicas têm outra média de 3,7. Em muitos estados, a nota de 2011 regrediu em relação a 2009. Estes resultados e estas greves são resultados e demonstração do descaso brasileiro com a educação. Simultaneamente, as escolas de educação básica e universidades atravessam greves com a duração de meses, quase semestre inteiro. Nesta situação, o Senado é chamado a votar o Segundo Plano Nacional de Educação em um semestre que ficará na história do Brasil por seu lado nefasto, baixos IDEBs e longas greves; em um tempo em que o mundo inicia sua marcha para uma economia e sociedade movidas pelo conhecimento.

No momento da grande revolução educacional, científica e tecnológica que caracteriza nosso tempo, a falta de um sistema robusto para a criação, divulgação e utilização de conhecimento e inovação impedirá o avanço do Brasil na derrubada dos muros do atraso, em relação ao exterior, e da desigualdade interna que têm nos caracterizado. Podemos fazer uma análise simbólica e aprovar esta proposta da Câmara dos Deputados ou nos debruçarmos sobre ela, avaliar cuidadosamente seu conteúdo e oferecer ao Brasil a alternativa que o Brasil precisa para dar o salto que não estamos conseguindo em direção ao futuro.

Para isto, ao analisar o PNE-II, o Senado precisa ir muito além e apresentar uma proposta para a implantação de um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação com cinco partes: Revolução na Educação Básica; Fundação de um Novo Sistema Universitário; Ampliação de Institutos de Pesquisas; Bases para a Produção Criativa no Setor

Produtivo; e Fortalecimento do Entorno Social Favorável ao Conhecimento e à Inovação.

Este texto é uma contribuição que ofereço aos colegas senadores e senadoras, com a esperança de que atenderem a expectativa nacional e a responsabilidade histórica, aproveitando a chance que o momento nos oferece.

I – A Revolução na Educação Básica

1. A Fragilidade e a Vergonha

Nos últimos anos, o Brasil vem despertando, lentamente, para o risco que ameaça nosso futuro em decorrência da fragilidade do sistema educacional e, em consequência, nossa incapacidade para criar conhecimento, em um tempo onde a ciência e a tecnologia, mais do que nunca, são a base para o futuro. Daqui para frente, não haverá progresso para os países que não forem capazes de criar conhecimento antes de outros. Entre os países emergentes de porte médio, e mesmo em comparação com países com economia pequena, somos um dos mais atrasados no que se refere à educação de seu povo - da infância ao nível superior - e no que se refere à capacidade de criar ciência e tecnologia, inovar e patentear.

Já estamos vivendo um verdadeiro apagão de conhecimento na carência de profissionais qualificados para as novas demandas da economia.

Ao lado do sentimento do risco, despertamos também o sentimento de vergonha diante da desigualdade como o sistema educacional atende à população, discriminando desde a infância conforme a renda da sua família e despertamos também para as consequências que decorrem desta desigualdade. Daqui para a frente, não haverá futuro para as sociedades que não desenvolverem o talento de toda sua população desde a infância, não distribuírem a chance de educação entre todas suas crianças, tanto porque não se justifica perder qualquer recurso intelectual, quanto porque o berço da desigualdade (ou a igualdade) na sociedade está na desigualdade (ou na igualdade) da escola.

Pode-se dizer que no subsolo da sociedade brasileira há um *terremoto* de grandes proporções pela falta do “lubrificante social” que o acesso à educação propicia para a estabilidade social; e pode-se prever um imenso

tsunami ameaçando nossa economia futura por falta da competitividade que vem de um sistema de educação com qualidade para todos.

Os indicadores, nacionais e internacionais, mostram estes riscos e vergonhas. Temos, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, cerca de 13,9 milhões de adultos analfabetos (9,6% da população com 15 ou mais anos). Já de acordo com o INAF 2011 temos 27% da população adulta que são analfabetos funcionais. Do total de nossas crianças, nem 40% terminam a educação Básica; dos que estão no ensino superior, apenas 38% dominam a capacidade para ler e escrever, e ainda menor é a porcentagem dos que dominam as habilidades matemáticas. Ao comparar o Brasil com outros países, estamos em 88ª posição de acordo com a UNESCO, e em um dos últimos lugares entre os 56 países avaliados pelo PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudante.

Isto é a consequência de nossa longa história de abandono da educação. Nossos professores da educação básica estão entre os que recebem piores salários, são menos respeitados socialmente e sobre os quais menos se exige; nossos prédios escolares e equipamentos pedagógicos estão entre os que têm pior qualidade; milhares de nossas escolas não passam de restaurante mirim: o aluno frequenta apenas pela merenda, sem exigências, sem leituras, sem estudos, sem dever de casa e, inclusive, sem aulas.

No máximo, propõem-se ligeiras melhoras, como se o futuro fosse a continuação do passado, apenas com pequenas mudanças. A tragédia deste quadro está clara nos resultados, divulgados em agosto de 2012, do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – do ano passado: a média das escolas públicas (incluindo as municipais, estaduais e federais) foi de 4,7; 3,9 e 3,4 respectivamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Quando são incluídas as escolas privadas os resultados do IDEB 2011 continuaram pífios: respectivamente 5,0; 4,1 e 3,7.

Fomos reprovados no vestibular para ingressar no futuro.

Por razões de nossa formação cultural não consideramos educação como símbolo de riqueza, nem a vemos como construtora de riqueza; e por razões políticas da divisão social de nossa sociedade, resolvemos os problemas de saúde, transporte, moradia e também educação apenas

para as classes relativamente ricas, abandonando os serviços públicos que atenderiam às grandes massas, jogando fora a cada geração dezenas de milhões de cérebros.

Nas últimas décadas, o programa Bolsa Escola/Família conseguiu ampliar a matrícula, mas não ampliou a frequência, a assistência, a permanência e muito menos o aprendizado. Programas como FUNDEF e FUNDEB, Livro Didático, Merenda Escolar e Piso Salarial do professor têm sido positivos, mas insuficientes diante da necessidade de uma revolução educacional que nos permita caminhar para uma sociedade educada, justa, eficiente, competitiva, sustentável.

Temos uma história de desprezo da educação e um pacto de abandono, todos se enganando mutuamente no presente sem preocupação com o futuro. Nossas populações pobres aceitam a ideia de que a educação boa é direito apenas dos ricos, e estes consideram que basta educar mediocrementemente seus filhos.

Educação Básica – do ano passado: a média das escolas públicas (incluindo as municipais, estaduais e federais) foi de 4,7; 3,9 e 3,4 respectivamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Quando são incluídas as escolas privadas os resultados do IDEB 2011 continuaram pífios: respectivamente 5,0; 4,1 e 3,7.

Fomos reprovados no vestibular para ingressar no futuro.

Por razões de nossa formação cultural não consideramos educação como símbolo de riqueza, nem a vemos como construtora de riqueza; e por razões políticas da divisão social de nossa sociedade, resolvemos os problemas de saúde, transporte, moradia e também educação apenas para as classes relativamente ricas, abandonando os serviços públicos que atenderiam às grandes massas, jogando fora a cada geração dezenas de milhões de cérebros.

Nas últimas décadas, o programa Bolsa Escola/Família conseguiu ampliar a matrícula, mas não ampliou a frequência, a assistência, a permanência e muito menos o aprendizado. Programas como FUNDEF e FUNDEB, Livro Didático, Merenda Escolar e Piso Salarial do professor têm sido positivos, mas insuficientes diante da necessidade de uma revolução educacional

que nos permita caminhar para uma sociedade educada, justa, eficiente, competitiva, sustentável.

Temos uma história de desprezo da educação e um pacto de abandono, todos se enganando mutuamente no presente sem preocupação com o futuro. Nossas populações pobres aceitam a ideia de que a educação boa é direito apenas dos ricos, e estes consideram que basta educar mediocrementemente seus filhos.

Mais do que nunca, o futuro de um país tem a cara de sua escola no presente.

2. A Conferência, o PNE-II e a Revolução Educacional Brasileira.

Por isto, a convocação de uma Conferência Nacional da Educação, ainda nos primeiros meses do governo Lula, em 2003, criou a expectativa de que a tradição do abandono estaria mudando. E a esperança de que o governo Lula seria um governo de Educação Básica graças a programas então lançados e formalizados em Projetos de Lei, como o Brasil Alfabetizado, o PAE que virou PROUNI, ampliação do Bolsa Escola que virou Bolsa Família, o Programa Federal de Avaliação e Valorização do Professor, Escola Básica Ideal e outros.

Com a mudança do Ministro, logo no início do segundo ano de governo, os programas foram descaracterizados ou interrompidos, a Conferência foi suspensa para ser retomada seis anos depois no final do segundo mandato, como se o governo temesse as reivindicações que dela surgiriam. Só volta a ser convocada no final do governo Lula e só conclui seus trabalhos no décimo ano do governo Lula-Dilma. Esta década entre a convocação e a conclusão dos trabalhos da conferência é um indicador do pouco interesse pela educação.

Ainda pior, realizada a Conferência e concluído o Segundo Plano Nacional de Educação (PNE-II), o Brasil não tem muito o que comemorar; e o risco que se apresenta para o futuro pode até se ampliar, pela ilusão criada e até pelas promessas de mais recursos que poderão ser desperdiçados pela incapacidade do raquítico sistema educacional brasileiro em absorvê-los. De fato, o dinheiro despejado no quintal de uma escola vira lama na primeira chuva, se ele não for canalizado corretamente.

Infelizmente, a Conferência esteve envolvida por visões corporativas, mais olhando o imediato do que o longo prazo da Nação; mais desejando melhorar o atual quadro do que fazer a mudança radical que nosso sistema educacional precisa para atender as necessidades que o mundo atual exige.

O PNE-II em pouco se diferencia do PNE-I, instituído ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que trouxe poucos resultados após dez anos de implementação: continuamos um dos países com os piores indicadores educacionais; o analfabetismo quase não diminuiu; o número de concluintes do Ensino Médio manteve-se abaixo e sem qualidade; a escola brasileira continua reprovada. O único resultado positivo foi o aumento no número de alunos no Ensino Superior mas com dramática redução na qualidade por causa de falta de base dos alunos, o que provoca uma evasão em todos os cursos, por despreparo do Ensino Médio; e uma fuga de áreas como ciência e engenharia, pela impossibilidade de dissimular a falta de conhecimento em matemática. Depois de 12 anos do PNE-I, a opção pelo magistério continua entre as últimas preferências dos jovens que entram em cursos superiores.

Prova do fracasso do PNE-I foi a necessidade de lançamento com grandes fanfarras, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do qual pouco se falou depois da festa de lançamento, e poucos resultados deixou no cenário da educação brasileira. Por sua vez, o PNE-II, elaborado pela conferência recente, ficou concentrado a dois aspectos: metas-intencionais sobre *onde chegar* e metas-financeiras de *quanto gastar*.

O PNE–II apresenta 230 metas-intencionais, sem a definição de *como fazer* para cumprir cada uma delas. A meta-concreta se refere ao compromisso de reservar 10% do PIB para a Educação, no orçamento público em cada ano. Não explicita o salário necessário para atrair os melhores quadros da juventude para a carreira de professor, nem como selecioná-los ou avaliá-los; nem em quais escolas eles serão formados; nem como esta responsabilidade se distribuirá entre as unidades da Federação.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 80 anos atrás carregou mais ousadia, lucidez e espírito público do que os planos PNE–I, PDE e PNE–II.

O Brasil não precisa de um novo PNE igual ao PNE anterior, precisa de uma revolução educacional ao longo dos próximos anos, contando com metas-instrumentais claras *de como fazer*. Muito mais do que um PNE-II, precisamos de uma RNE, *Revolução Nacional na Educação*.

A grande diferença entre mais um PNE e uma RNE está em: primeiro, que em um prazo determinado nossas escolas estejam no mesmo nível de qualidade daqueles países que fizeram suas revoluções educacionais no século XX, como Coréia do Sul e Finlândia; e segundo, que as crianças de famílias com baixa renda terão acesso à escola com mesma qualidade dos filhos das classes de alta renda.

Por mais recursos financeiros que nele sejam investidos, este salto não será conseguido com pequenos avanços no Atual Sistema Educacional. A Revolução exige um Novo Sistema Educacional a ser implantado substituindo o atual.

3. Os instrumentos da Revolução Nacional na Educação (RNE)

a) O que é necessário

I. *Mais tempo na escola ao longo do ano e em cada dia* para toda criança ou jovem dos 4 anos aos 18 anos de idade.

II. *Professores com salários e reconhecimento social capazes de atrair ao magistério os jovens com mais talento*, exigindo deles formação sólida, vocação para o magistério, dedicação exclusiva e avaliações constantes; com *estabilidade-responsável*, estável em relação à política, mas não em relação a avaliações. Os docentes precisam reduzir o tempo em sala de aula e ampliar o tempo para estudo, orientação de alunos, conversas com os pais, participação em seminários e cursos. Ao longo de toda a atividade profissional devem receber permanente qualificação nos mais novos métodos didáticos.

III. *Prédios mais confortáveis, bonitos, bem equipados* com laboratórios para ciências, informática, televisão, bibliotecas, quadras esportivas, espaços culturais.

IV. *Mais tempo com leituras, atividades culturais e esportivas, debates filosóficos, promoção científica e ampliação do estudo de matemática, ciências e idiomas.*

V. *Reorientação do método do simples ensino para métodos que permitam a combinação da teoria e prática e orientado à aprendizagem ao longo de toda a vida.*

VI. *Menos tempo em frente à televisão doméstica e uso mais intenso e de melhor qualidade do computador e televisão, tanto em aulas presenciais quanto à distancia.*

VII. *Os pais dos alunos com maior participação nas atividades de seus filhos bem como maior oferta de cursos dedicados a eles, especialmente e emergencialmente para a erradicação do analfabetismo. E abertura das escolas à população local como forma de protegê-las e atrair a comunidade externa.*

IX. *Métodos e conceitos mais adequados aos gostos e hábitos das crianças e jovens, com melhor aproveitamento do tempo de aulas, fazendo da escola um agradável centro da vida de cada criança.*

X. *Definição de uma Lei de Responsabilidade Educacional, nos moldes de Responsabilidade Fiscal e da Lei da Ficha Limpa, para tornar inelegíveis políticos que não cumpram as metas.*

XI. *Regularidade, continuidade e organização da sala de aula para que os alunos e professores cumpram os horários diários e do ano letivo regularmente, sem interrupções por greve.*

O desafio está em como atingir estes dez pontos. A alternativa da evolução lenta não surtirá os efeitos esperados. Não surtiu em nenhum país: todos que deram salto fizeram suas revoluções. Por esta razão, o PNE - II fracassará ao continuar preso ao velho sistema educacional, viciado, depredado, desmotivado.

b) Os instrumentos operacionais da RNE

Não é nova a ideia de criação de um Novo Sistema Educacional Brasileiro. Oito décadas atrás, em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação

Nova, foi defendida a tese que levou à necessidade da escola em tempo integral, como as Escolas Parque; das quais decorreram os CIEPs, cinquenta anos depois no Rio de Janeiro. Mas visavam à implantação de unidades escolares sem a abrangência de um plano nacional com o objetivo de substituir o Atual Sistema Educacional pulverizado em municípios e estados por um Novo Sistema Educacional com carreira de professores unificada nacionalmente, todas escolas utilizando os avanços técnicos e científicos das últimas décadas, tanto nas ferramentas quanto nos conceitos.

O centro desta proposta de uma RNE, no lugar do PNE-II, baseia-se em vinte pilares:

1) *Criação de uma nova Carreira Nacional do Professor*, capaz de atrair os melhores quadros da sociedade brasileira para a atividade docente, o que exige um salário mensal de aproximadamente R\$ 9.000,00 (equivalente à média recebida pelos docentes em países como Coreia do Sul, Finlândia, Chile e Austrália) além de outros benefícios que façam do professor o profissional mais respeitado da sociedade brasileira; rigoroso sistema de seleção, cuidadoso processo de formação, exigência de absoluta *dedicação exclusiva* ao magistério e estabilidade-responsável que exija avaliação periódica. Estes professores serão lotados nas mesmas cidades e nas mesmas escolas, conforme o item 5 abaixo.

2) *Instalação de escolas para formação de professores*, nos moldes de outras carreiras de Estado, com o Instituto Rio Branco e Academia da Polícia Federal, para os candidatos aprovados, antes do contrato final e incorporação deles no Novo Sistema. Nestas Escolas haverá cursos adicionais para gestor escolar e só poderá vir a ser selecionado/eleito o professor que, além do diploma da escola, tiver diploma de especialidade em gestão escolar.

3) *Implantação de escolas federais* com edificações da melhor qualidade, com os equipamentos para atividades culturais e esportivas e com os mais modernos laboratórios e sistemas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) bem como jogos educativos; todas com lousas inteligentes no lugar de quadros e crescente uso de livros e jogos interativos digitais. O objetivo é facilitar a aprendizagem, o acesso ao conhecimento e fazer da escola um espaço do gosto dos alunos, seus pais, professores e demais servidores.

4) *Adoção de horário integral* em todas essas escolas, em classes com no máximo 30 alunos por turma.

5) *Implementação do Novo Sistema Educacional Brasileiro por cidades.* Nas cidades que receberão os professores da Nova Carreira Nacional, todas as escolas serão de responsabilidade do governo federal e atenderão os pilares acima propostos. A Revolução será feita por grupo de cidades até que esteja implantada em todo o Brasil. As cidades serão selecionadas por critérios previamente estabelecidos e para elas serão contratadas, a cada ano, uma média de 115 mil professores da nova Carreira Nacional do Professor, o que equivale, em média, a 10 mil escolas, em 250 cidades de porte médio, atendendo cerca de 3,5 milhões de alunos. O novo Sistema será implantado de forma imediata, dois anos, nestas cidades e progressivamente, por bloco de cidades, em todo território nacional no prazo de 20 anos.

6) Nas cidades onde o Novo Sistema for implantado, *os atuais docentes não aprovados para a nova Carreira Nacional do Professor receberão cursos de formação especial* e serão incorporados no Novo Sistema com salário de R\$ 4.000,00/mês condicionado à aceitação das novas condições de dedicação exclusiva e estabilidade responsável.

7) *Abrangência do Ensino Médio* com a garantia de educação e formação profissional que assegure o aprendizado de pelo menos um ofício em articulação com o Sistema-S já existente.

8) *Uso de modernos sistemas pedagógicos voltados à aprendizagem para toda a vida* que incentivem os alunos à habilidade de aprender, e o sentido ético e estético de vida, bem como a capacidade de falar idiomas, dominar a matemática e as bases para as ciências.

9) *Comprometimento da mídia* no processo de educação e aprendizagem, por meio da promoção de programas culturais nas redes comerciais e a implantação de televisões públicas voltadas para a educação inclusive com aulas de reforço, de alfabetização e incentivos à leitura. Ao mesmo tempo empoderamento dos pais na escola dos filhos dando-lhes direito de participar da escola na sua gestão e nas avaliações dos professores.

10) *Nas cidades selecionada, para a federalização, oferta e mobilização dos equipamentos sócio-cultural-educacionais* como bibliotecas, teatros, museus, cinemas, programas de erradicação do analfabetismo e formação de adultos.

11) *Transformação do MEC em Ministério da Educação Básica*, com migração das universidades para um novo Ministério do Ensino Superior que incorporaria o atual MCTI.

12) *Durante os anos de implementação nacional do Novo Sistema Educacional e nas cidades ainda não selecionadas, execução de programas de melhoria na qualidade do sistema tradicional* com elevação na formação e nos salários dos professores, dotação de equipamentos nas escolas e ampliação da jornada de aulas para os alunos, enfrentando o problema da repetência e do analfabetismo no Ensino Fundamental.

13) *Transformação do INEP* do seu atual papel de avaliação para centro de referência e agência de pesquisas sobre a educação com foco na formação de professores e implementação de novos paradigmas na educação.

14) *Retorno do conceito do programa Bolsa Escola*, no lugar do Bolsa Família, com total comprometimento dos beneficiados à frequência às aulas e comparecimento dos pais à escola, e implantação do programa *Poupança–Escola* pelo qual o aluno aprovado recebe, no final do ano, um depósito em caderneta de poupança que só será liberada se e quando concluir o Ensino Médio.

15) *Atenção individualizada para cada criança*, na identificação e localização bem como na atração à escola das crianças não matriculadas espontaneamente pelos pais; acompanhamento informatizado de cada criança na escola por um sistema Nacional de Cuidado Educacional.

16) *Cuidados com a infância na pré-escola*, universalizando os cuidados com todas as crianças por meio de creches e serviços comunitários de atendimento alimentar e pedagógico.

17) *Respeito ao setor particular de educação* como direito democrático e sua cooperação com o setor estatal por meio de regulamentações, avaliações e bolsas de estudos, nos moldes do PROUNI visando assegurar a este setor uma função de interesse público.

18) *Criação de um sistema de inspeção* nacional que acompanhe o desempenho das escolas, nos moldes dos sistemas federais de fiscalização fazendária, sanitária, trabalhista.

19) *Implantação de Departamentos Federais de Educação* em cada uma das cinco regiões geográficas do País, com a finalidade de acompanhar a implantação do Novo Sistema de Educação.

20) *Continuidade assegurada do ritmo normal das escolas*. Fica impossível imaginar um sólido Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação se as escolas e universidades trabalham em períodos interrompidos por paralisações no meio do ano letivo, as vezes por longos meses. Por esta razão, é preciso criar mecanismos que priorizem a educação por parte do setor público e reduzam as manifestações de corporativismo por parte dos professores e servidores administrativos. Um caminho é a instalação de um Conselho de Negociações Educacionais que analise as reivindicações e possibilidades de atendimento sem necessidade de paralisações. Outro seria considerar a educação um setor tão essencial que as paralisações não seriam permitidas, sobretudo, sem desconto de ponto. E proibir o vexaminoso instituto de reposição escolar que engana ao País, por causa do hábito de não haver desconto de salários durante paralisações.

c) Custos Envolvidos

Os custos para realizar essa revolução estão detalhados no Quadro 1 e na Figura 1 abaixo. Nota-se que:

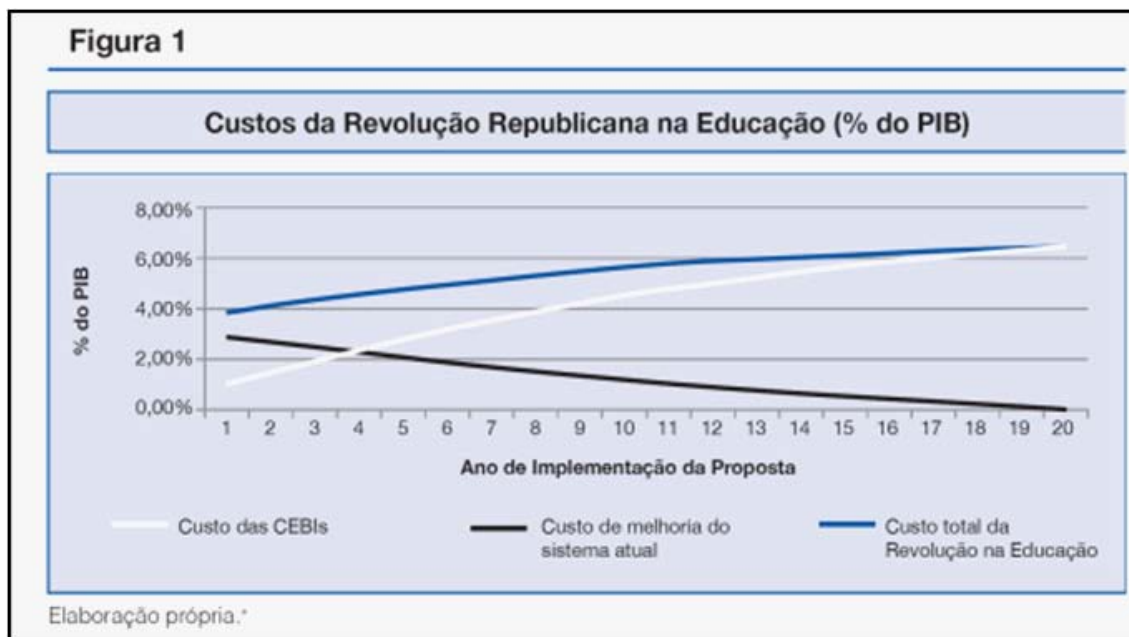
i) Há uma notória viabilidade na proposta.

ii) Os custos totais (soma para o Novo Sistema Educacional e para Sistema Nacional Tradicional Vigente) evoluem de 3,8% até estabilizar-se, vinte anos depois de iniciado, em um patamar inferior a 6,5% do Produto Interno Bruto – PIB (mesmo sob as condições educacionalmente ambiciosas e economicamente conservadoras de simulação dos parâmetros usados na proposta). Considerou-se taxa de crescimento do PIB em 3% ao ano; e não levou-se em conta o reconhecido impacto da melhoria da educação sobre a produtividade e o PIB; nem considerou-se a redução nos gastos com assistência social (inclusive Bolsa Família) decorrente da melhoria na educação.

iii) Em 20 anos pode-se fazer uma revolução na educação sem desprezar as restrições orçamentárias do governo.

Quadro 1						
Custo de implementação da Revolução Republicana na Educação (preços constantes de dez./2011)						
	Ano de implementação	1	6	11	16	20
	PIB a preço constante (dez./2011, em R\$ bilhões)	4.137	4.796	5.560	6.446	7.255
CEBI	Número de alunos (milhões)	3,5	16,1	28,8	41,4	51,5
	Custo variável (R\$ Bilhões)	31,5	145,2	258,9	372,6	463,5
	Custo Fixo (R\$ bilhões)	8,8	4,9	3,2	1,4	0,0
	Custo Total (fixo + variável) (R\$ bilhões)	40,3	150,1	262,0	374,0	463,5
	% do PIB	1,0%	3,1%	4,7%	5,8%	6,4%
SEV	Número de alunos (milhões)	48,0	35,4	22,7	10,1	0,0
	Custo adicional do salário do professor (Delta) (R\$ bilhões)	118,7	87,5	56,2	25,0	0,0
	% do PIB	2,9%	1,8%	1,0%	0,4%	0,0
TOTAL	Número de alunos (milhões)	51,5	51,5	51,5	51,5	51,5
	Custo (R\$ bilhões)	159,0	237,6	318,3	398,9	463,5
	% do PIB	3,8%	5,0%	5,7%	6,2%	6,4%

Elaboração própria.*



d) Conclusão

Esta seria a base da revolução educacional que o Brasil precisa, substituindo com ousadia o modesto e tradicionalista PNE-II, que repete o PNE-I, cujos resultados, depois de doze anos, são insuficientes para as exigências educacionais dos tempos de hoje.

II - A Fundação do Novo Sistema Universitário Brasileiro

Não é possível imaginar um Sistema de Conhecimento e Inovação sem cuidar da Educação Básica, mas não basta a revolução neste setor educacional se a universidade não for preparada como elemento central do sistema.

A Revolução na Educação Básica terá impacto imediato na melhoria da qualidade na Educação Superior, mas não bastará. Com melhores alunos, a universidade melhora sua qualidade, mas não se transforma automaticamente em setor fundamental do Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação. Para que isto ocorra é preciso fundar um Novo Sistema Universitário Brasileiro, adaptado às necessidades das mudanças científicas e tecnológicas que ocorrem neste século. A universidade tradicional precisa rever sua história, seu papel, seu conceito, sua estrutura, sua gestão e seu funcionamento.

1. A História

O Brasil foi um dos últimos países da América a criar sua própria universidade, séculos depois de países como Guatemala, Peru, República Dominicana, para não falar dos EUA. Apesar de referências à criação de universidade pelos Inconfidentes Mineiros, no final do século XVIII, e de duas tentativas frustradas quase duzentos anos depois, no início do século XX, no Amazonas e no Paraná, somente em 1922, criamos a hoje denominada UFRJ, então chamada de Universidade do Brasil. Supostamente esta criação deu-se não por razões acadêmicas mas para oferecer um título de Doutor Honoris Causa a um rei belga em visita ao Brasil naquele ano. Demoramos e fizemos de maneira subserviente e sem compromisso com um sistema de conhecimento. A segunda universidade - USP, criada em 1934 - nasce com propósito acadêmico, mas também graças à influência estrangeira por professores franceses, alemães, italianos e portugueses. Vindo logo em seguida a universidade do antigo Distrito Federal criada por Anísio Teixeira e interrompida em 1939, por força do Estado Novo.

A primeira experiência de uma universidade brasileira para o Brasil, comprometida com o desenvolvimento nacional e contemporânea com o futuro, foi a UnB - Universidade de Brasília - criada sob inspiração de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e outros, entre os quais Celso Furtado. Esta iniciativa trouxe uma nova proposta revolucionária: uma estrutura por departamentos, no lugar de faculdades isoladas; a carreira e dedicação exclusiva dos seus professores; a convivência com o mundo real dos setores público e privado. A UnB passou a ser parte integrante do esforço desenvolvimentista que caracterizava o País naquele momento histórico e tudo indicava que sua experiência se espalharia por todo o sistema universitário brasileiro graças à reforma universitária então em debate. Lamentavelmente, esta experiência durou apenas 2 anos, sendo interrompida pelo golpe militar de 1964 que provocou a demissão de mais de duas centenas de professores e o cerceamento da liberdade acadêmica que interrompeu esse projeto por 21 anos.

Ao longo deste período, o sistema universitário foi tutelado pelo Regime e alijado das mudanças tecnológicas específicas que ocorreram no País graças ao próprio regime militar como o Pró-Álcool e o avanço do ITA/EMBRAER, além de institutos como Oswaldo Cruz, INPE, INPA e

EMBRAPA. Apesar da conquista de sua autonomia, a Universidade ficou prisioneira de suas corporações e ao mesmo tempo perplexa diante dos problemas da contemporaneidade: a velocidade como o conhecimento avança mais velozmente do que a estrutura universitária permite criar; a velocidade como ele se espalha, fora dos muros universitários; e a perda de legitimidade por falta de empregabilidade a seus diplomados; tudo isso coloca imensos desafios à universidade.

Para o Brasil dar entrada na economia e na sociedade do conhecimento do século XXI será preciso uma reformulação da universidade. Pode mesmo dizer-se que é necessário fundar um Novo Sistema Universitário Brasileiro (NUB) para que uma Nova Universidade Brasileira encontre o seu lugar de motor do desenvolvimento econômico e social baseado no conhecimento.

2. A Missão do NUB

O NSB tem a missão de identificar e fazer florescer o talento de pessoas com vocação para a construção do saber de nível superior nas diversas áreas do conhecimento. A Nova Universidade deve ser parte de um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação não uma estrutura que se esgota em si mesma, fechada e corporativa. Deve fazer parte, tanto acadêmica quando politicamente, do esforço da revolução em todos os níveis de educação e da transformação do país, fazendo-o ingressar na sociedade do conhecimento.

a) O ingresso

A qualidade da universidade depende diretamente da Educação Básica. É lá que começa a formação do bom profissional de nível superior. A melhor maneira de atrair os alunos talentosos é fazer a identificação do talento e a seleção ao longo do Ensino Médio, por meio de sistemas de avaliação aferidos numa base nacional pelas universidades e pelo ministério que as coordena, respeitados os instrumentos de discriminação afirmativa em prática no país.

O universo de recrutamento deve ser alargado graças à melhoria da qualidade da Educação Básica, e através da instalação de um sistema de creditação de conhecimentos informais obtidos em regime de autodidatismo, de prática profissional ou de experiência de vida.

b) Os anos de iniciação

O talento identificado ao longo do Ensino Médio deve ser consolidado com a aptidão profissional descoberta nos primeiros anos do Ensino Superior. O projeto interrompido na UnB em 1964 definia que o novo aluno tivesse até dois anos de curso de formação geral nas áreas básicas do conhecimento. Só a partir daí ele escolheria o curso específico da carreira que desejava seguir. A NUB deverá retomar este fluxo acadêmico com dois anos de formação geral antes do ingresso na própria carreira, construindo uma variante própria adaptada à realidade brasileira do modelo de formação superior por ciclos de estudo atualmente prevalecente em todo o mundo, e raras experiências no Brasil.

c) Empregabilidade

Uma das razões da atual crise universitária é sua perda de legitimidade diante dos jovens pela perda de empregabilidade apesar dos diplomas. A universidade não deve ficar restrita à formação para o mercado imediato, preparando profissionais como produtos que vão para as lojas atendendo aos impulsos das carreiras com demanda naquele instante. Mas, devendo escapar desta orientação imediatista característica de muitas universidades particulares a NUB deve corrigir a atitude de desprezo pelo mercado que universidades estatais por vezes cultivam. A NUB não pode ignorar que seus formandos têm um papel social a desempenhar usando os conhecimentos adquiridos. Para isto deve ter um compromisso com a empregabilidade. Não apenas por sua responsabilidade social, como também pela necessidade de legitimar seus recursos junto à juventude que a procura.

A empregabilidade de seus profissionais deve ser um dos propósitos da Nova Universidade. Isto exige a adaptação de seus cursos às exigências da sociedade, antecipando-se às necessidades a serem ditadas pelo futuro. Esta atitude deve levar em conta as necessidades de uma formação humanista, versátil e regularmente renovada e complementada ao longo de toda a vida. A empregabilidade em que o conhecimento se renova rapidamente, requer formação permanente para ex-alunos, já diplomados.

3. O conceito

a) As categorias

A Educação Superior poderá ser ofertada por diferentes formas de instituições, incluindo-se as atuais universidades, faculdades independentes, centros universitários, faculdades agregadas, institutos universitários de pesquisa, universidades comunitárias, institutos universitários de ensino, universidades corporativas e mesmo universidades livres.

No entanto, o Novo Sistema Universitário Brasileiro não será constituído apenas por cursos universitários. Deverão ser oferecidos cursos pós-secundários profissionalizantes para a formação de capital humano sem necessidade de longa formação acadêmica. Os atuais Institutos Tecnológicos têm esta tarefa e deverão continuar a desempenhá-la na medida em que não sejam transformados em simples repetição de curso superior. O conceito deverá ser ampliando a outras áreas não exclusivamente tecnológicas.

Em maior medida do que os cursos universitários, a formação pós-secundária profissionalizante deverá ajustar o número de vagas e os tipos de cursos conforme a evolução da economia e da sociedade.

b) A propriedade e compromisso da instituição

Conforme a propriedade de seus equipamentos e o regime funcional de seus professores e servidores técnico-administrativos, as instituições da NUB poderão ser estatais ou particulares. E, conforme os compromissos de seus cursos, as instituições poderão ser de interesse público ou de interesse privado. Umas e outras deverão ser regularmente sujeitas a avaliação institucional, incluindo a avaliação pedagógica e científica dos cursos, de cujo resultado dependerá a autorização para a manutenção do seu funcionamento. As universidades livres, sem qualquer reconhecimento nem aporte público poderão funcionar como entidades de livre-pensar.

As instituições particulares podem ser declaradas de interesse público, conforme a qualidade, o propósito da formação e a abrangência dos temas de ensino, pesquisa e extensão. No outro lado, as universidades estatais podem ter cursos declarados de interesse privado de seus alunos, seja por falta de qualidade de seus cursos ou de relevância social, ou ainda por excesso de oferta de profissionais em sua área de conhecimento.

Não faz sentido que um jovem talentoso que deseja, por exemplo, ser professor na Educação Básica tenha de pagar por um curso em universidade ou faculdade de qualidade mesmo sendo particular. No Novo Sistema Universitário Brasileiro, a instituição particular que demonstrar qualidade poderá ser reconhecida como de interesse público e receber financiamento para permitir a gratuidade nos cursos definidos como de relevância social e nacional. Entre esses cabe especial prioridade aos cursos de formação de professores, definindo-se áreas prioritárias como, no momento atual: matemática, física, química, biologia e idiomas.

A cada 5 anos, em função dos resultados da avaliação e das opções sobre a estratégia de desenvolvimento do País e levando em conta a carência de profissionais na área, o Estado definirá quais os cursos das universidades estatais e das universidades particulares são de interesse público considerados de relevância social e nacional, definindo para cada um deles, numa base anual, as respectivas vagas financiadas e fazendo-os gratuitos para os alunos via um procedimento similar ao PROUNI para a compra de vagas em particulares.

As autoridades universitárias terão toda autonomia para definir seus cursos, às autoridades públicas cabe dizer quais deles são de interesse público.

c) Prioridade aos setores de ciências, engenharia e matemática.

A universidade brasileira vem se concentrando de maneira expressiva na oferta de ensino e pesquisas nas áreas do conhecimento social e humano. Os países que se transformaram em centros de criação de conhecimento e inovação deram importância à formação nas áreas das ciências, das engenharias e da matemática. De forma gradativa e equilibrada, o Novo Sistema Universitário Brasileiro deve inverter a tendência brasileira e dar prioridade a estes setores.

d) A multidisciplinaridade

A universidade do futuro não poderá ser repetição do velho esquema de formação apenas por profissão isolada. Deverá ser instrumento da formação do pensamento multidisciplinar, tanto na organização de seus quadros por temas da realidade, quanto pela aglutinação de diferentes áreas do conhecimento em novos temas de estudos.

e) Internacionalização

Desde seu início, mil anos atrás, a universidade foi instituição globalizada, talvez a primeira, salvo as Igrejas, com esta característica. Daqui para frente, cada vez mais, a Nova Universidade será o resultado de intercâmbio em escala mundial. Para isso, seus cursos deverão favorecer a mobilidade internacional de estudantes e de professores, aderir às práticas de internacionalização universitária difundidas por todo o mundo, funcionar e ser avaliada conforme padrões internacionais.

f) Formação flexível e contínua

A realidade do começo do século XXI é de superação de velhos paradigmas e surgimento de novos, é como se nada fosse duradouro, nem mesmo no curto prazo, especialmente o conhecimento. A cada dia surgem conceitos novos e saberes antigos ficam obsoletos. A universidade precisa se adaptar a esta flexibilidade na sua estrutura, nos seus departamentos, nos seus currículos. A universidade deve atravessar os próximos anos em constante mutação.

Para ser compatível com as exigências da dinâmica do conhecimento no mundo de hoje, a Nova Universidade deverá oferecer cursos de formação ao longo de toda a vida dos profissionais que ela forma, caminhando na direção de exigir renovações de diplomas. Por sua vez, a estabilidade do professor deve ser reafirmada em relação aos poderes público ou privado, mas não em relação às avaliações e às mutações das áreas do conhecimento. Para tanto, as vagas de cada área do conhecimento devem ser definidas levando em conta as necessidades sociais, econômicas e culturais do presente e do futuro. O que exige um diálogo de cada universidade com os setores políticos nacionais e regionais. Ao longo dos tempos, novos cursos devem ser abertos outros fechados, vagas deverão ser aumentadas ou reduzidas e mesmo zeradas. As unidades da estrutura acadêmica precisam se adaptar às evoluções do conhecimento e devem ser provisórias de acordo com o avanço da obsolescência de certas áreas. A cátedra vitalícia deverá ser outra vez abolida, como foi no começo dos anos 1960 depois de longa luta e greve dos alunos. A Nova Universidade Brasileira reconhecerá como permanentes apenas os professores que ao longo de suas carreiras demonstrarem competência e derem contribuições importantes à instituição.

4. Estrutura

a) Universidade Tridimensional

A Nova Universidade precisa ser organizada por Departamentos - que formam os alunos e conduzem pesquisas e extensão - por categorias de conhecimento e de profissionais -, mas também por Núcleos Temáticos que ofereçam à comunidade as chances de organizar-se multidisciplinarmente para estudos sobre temas da realidade como energia, meio ambiente, pobreza, etc. Além desses, para insemear a universidade de humanismo, a nova estrutura exige Núcleos Culturais, que organizem a comunidade por atividades estéticas e debates filosóficos ou por novos conhecimentos que surgem da combinação de categorias do conhecimento.

b) A informatização

Nos próximos anos, o processo de aprendizagem e ensino estará sendo revolucionado pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). A Nova Universidade será velha enquanto não se adaptar aos novos meios de comunicação em todas as áreas, no formato e método de suas aulas e na ampliação de seu público a todos interessados, em qualquer parte do mundo.

c) Abertura

Um dos usos das Tecnologias da Informação e Comunicação será levar a universidade a todas as partes e receber ensinamentos de todas as partes, enfrentando o desafio da qualidade. Várias das grandes universidades do mundo - como Harvard, Stanford - já oferecem muitos de seus cursos, e em breve quase todos, de forma aberta, sem necessidade de seleção, nem frequência. A NUB deve caminhar nesta direção, fazendo cada uma de suas unidades funcionarem como Universidade Aberta.

d) Rede

A Nova Universidade será crescentemente estruturada em rede, os alunos e professores serão parte do conjunto do sistema integrado de formação e pesquisa. Os alunos poderão ter professores e fazer cursos em universidades diferentes daquelas onde estiverem matriculados; os

professores darão cursos em rede para alunos de qualquer universidade e não apenas naquela onde estiverem fisicamente localizados. As pesquisas também serão por grupos de professores e alunos em redes de pesquisadores de qualquer parte do Brasil ou do exterior.

5. Avaliação

Para ser Nova, a universidade precisará ser constantemente avaliada em relação aos seus professores, alunos, servidores, instalações e o resultado de seu trabalho, sua qualidade e sua relevância. É necessário fazer a progressiva generalização das melhores metodologias e práticas de avaliação a todo o sistema. O resultado das avaliações deve ser divulgado por um Índice do Desenvolvimento da Educação Superior – IDES - e utilizado como critério para autorização do funcionamento dos estabelecimentos e dos cursos, e para atribuição de bolsas de estudos com recursos públicos aos seus alunos.

6. As funções

Como instituição o Novo Sistema deve cumprir sua função de ensino, pesquisa e extensão, mas deve permitir em sua comunidade professores dedicados apenas ao magistério e pesquisadores que não são vocacionados para o ensino mas podem ser bons pesquisadores.

7. Autonomia Sem Autismo

A Nova Universidade deve ser autônoma dentro das salas de aula e nos seus laboratórios de pesquisa, mas deverá estar ligada e não de costas à sociedade e às necessidades tanto do setor público quanto do setor privado. E deverá relacionar-se - sem medo, nem arrogância e com prazer - com as demais instituições que fazem parte do Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação: o governo, a indústria, o comércio, o setor de serviços, a agricultura. Sobretudo com a Educação Básica. Para isto, deve usar não apenas os Núcleos Temáticos, mas também outras instâncias, como Centros de Desenvolvimento Sustentável, Centros de Desenvolvimento Tecnológico e Núcleos de Extensão.

A orientação da universidade deve levar em conta as necessidades atuais e os projetos e tendências de longo prazo da sociedade e do mundo. Para isto, cada unidade da Nova Universidade deve contar com um Conselho

Superior de Integração: órgão de encontro e conciliação entre as posições da universidade e da sociedade.

8. Vinculação das áreas Tecnológicas aos seus respectivos ministérios

A NUB deve entender que alguns cursos podem funcionar melhor se oferecidos e gerenciados pelos setores aos quais servem. Os cursos de medicina podem ter mais qualidade e serem mais eficientes dentro do Ministério da Saúde; certos cursos de engenharia poderão ficar nos ministérios respectivos (Transporte, Energia, etc). Nesses casos, as universidades oferecem os primeiros anos de formação e passam seus alunos para os cursos específicos, de maneira similar ao que hoje é feito na formação dos diplomatas para o serviço de relações exteriores, através do Instituto Rio Branco.

9. A governança

A universidade deve abrir-se à sociedade aceitando a participação externa na sua gestão, inclusive na eleição de seus dirigentes. A ideia de eleição direta e paritária pela comunidade já cumpriu seu papel como forma de livrar a universidade da tutela política do governo, mas está fazendo-a cair na tutela de interesses corporativos e partidários. A direção de cada Nova Universidade deve ser escolhida pela comunidade, mas seus nomes devem passar por critérios e pela validação de seu Conselho Superior de Integração com o SNCI do qual farão parte representantes de ministérios, setor empresarial, entidades representativas de classes profissionais e, obviamente, o Conselho Universitário da Instituição.

Para seu funcionamento, a Nova Universidade deve:

- Utilizar figura jurídica que suporte o conceito de autonomia universitária, convenientemente dimensionado e clarificado em todos os seus contornos (sendo os mais polêmicos os de natureza administrativa, financeira e patrimonial), num consenso social e político indispensável à concretização dos fins de uma universidade moderna;
- Reforçar a capacidade de arbitragem das direções sobre decisões de órgãos colegiados, sempre que estas contrariem ou impeçam a concretização dos objetivos expressos nos Planos de Desenvolvimento Institucional elaborado em conjunto pela universidade e seu Conselho Superior de Integração com o SNCI;

- Reforçar a componente plurianual do financiamento para possibilitar a realização de planos de ação de médio prazo e notadamente o lançamento de programas de investimento;
- Reforçar a componente do financiamento contratualizado em função de objetivos a atingir (número de vagas, taxas de diplomação, classificações relativas nos exames de âmbito nacional ou internacional, número de artigos científicos publicados e respectivas citações, patentes, etc.);
- Responsabilizar os dirigentes pelo não cumprimento dos planos de atividades;
- Criar sistemas de incentivos às boas práticas profissionais de professores, de estudantes e de funcionários e de medidas disciplinares no descumprimento de responsabilidades e desleixo profissional.
- Instituir uma sistemática baseada nos moldes de diversos países e na experiência das universidades de São Paulo, onde cada universidade estatal receberá um aporte de recursos proporcional à arrecadação dos impostos do governo federal, estadual ou municipal, conforme o nível ao qual a universidade pertença. Os recursos serão usados com autonomia, levando em conta a opinião do Conselho de Integração da Universidade com o SNC.
- Localização administrativa em um só Ministério de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O custo estimado para a fundação do Novo Sistema Universitário Brasileiro é de aproximadamente 1,2% do PIB. Isto corresponderia a dobrar o orçamento atualmente destinado à Educação Superior no Brasil.

III – Ampliação de Institutos de pesquisas

Mesmo que a Nova Universidade possa ter os pesquisadores sem carga de aula, ela nunca preencherá totalmente o papel de criação dos sistemas de conhecimento em todas as áreas.

O Sistema Nacional de Conhecimento precisa valorizar e apoiar os atuais institutos como Instituto Oswaldo Cruz, ITA, CTA, INPE, IMPA, INPA; e criar novos institutos nas áreas de genética, nanotecnologia, biotecnologia, informática. Cada um desses centros, contando com o apoio financeiro necessário, deverá elaborar metas ousadas a serem cumpridas, incluídas as de longo prazo. Por exemplo, aos institutos CTA e INPE é preciso definir a meta de em quantas décadas o Brasil fará parte do grupo de países com

máximos avanços em cada área inclusive exploração espacial. Além disso, criar novos centros de referência em redes, unificando os diversos pesquisadores em áreas como Nano-Bio-Info-Cognitiva (NBIC), Ciência-Tecnologia-Engenharia-Matemática (CTEM), alternativas energéticas, desenvolvimento sustentável, etc.

O custo estimado para a Ampliação de Institutos de pesquisas é de aproximadamente R\$ 11,2 bilhões (ou 0,27% do PIB). O quadro abaixo traz detalhes deste cálculo.

Quadro 2: Custo Estimado para a Ampliação dos Institutos de Pesquisa	
Instituto/Centro de Referência	R\$ bilhões
Instituto Oswaldo Cruz	0.5
ITA/CTA	1.0
INPE	1.0
IMPA	0.7
INPA	0.5
Novo Instituto - Área de Genética	1.0
Novo Instituto - Área de Nanotecnologia	1.0
Novo Instituto - Área de Biotecnologia	1.0
Novo Instituto - Área de Informática	1.0
Novo Centro de Referência em Redes - Nano-Bio-Info-Cognitiva (NBIC)	1.0
Novo Centro de Referência em Redes - Ciência-Tecnologia-Engenharia-Matemática (CTEM)	1.0
Novo Centro de Referência em Redes - Alternativas Energéticas	0.5
Novo Centro de Referência em Redes - Desenvolvimento Sustentável	1.0
Total	11.2

IV – Bases para a cooperação na Produção criativa

O Brasil logrou ser um país com produtos “made in Brazil”, mas quase não temos produtos “criados no Brasil”. Uma das poucas exceções são os aviões da Embraer, graças ao ITA/CTA; e a soja no cerrado e outros produtos graças a Embrapa/Agronegócio. A construção de um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação exige mudar a velha mentalidade não criativa do setor produtivo para uma mentalidade criativa e de inovação. Para dar o salto do conhecimento à inovação, será necessário cooperação entre universidades, centros de pesquisas e setores produtivos, visando transformar o Brasil em um centro de produção de

bens de alta tecnologia. Isso pode ser feito pelo uso de conselhos onde empresários e universitários trabalhem em cooperação, e com incentivos fiscais aos produtos criados, não apenas fabricados no Brasil. Para isto são necessárias ações que induzam:

- Ampliação do conceito de extensão universitária às práticas de empreendedorismo e inovação, sob a forma de extensão tecnológica;
- Valorização das atividades de extensão na avaliação dos professores, em nível semelhante às de docência e de pesquisa;
- Creditação das atividades de extensão tecnológica aos estudantes que as desenvolvam;
- Incentivo às atividades das empresas júnior e criação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos em universidades, em parceria com empresas públicas e/ou privadas; e incentivo à criação de empresas envolvendo professores e estudantes, com base em ideias de negócio surgidas no âmbito das atividades de docência e de pesquisa;
- Definição de políticas institucionais de valorização da propriedade intelectual, incluindo incentivos individuais à defesa de patentes numa base institucional;
- Valorização da criação de sinergias com empresas, passando pela criação de laboratórios de interface e de programas de formação específicos em áreas de ponta.
- Realização de licenças sabáticas em atividades dentro do contexto empresarial.
- O Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação deve oferecer incentivos às empresas inovadoras e eliminar incentivos às empresas basicamente fabricantes que não tenham criado, por inovação própria, e cooperação com os demais setores nacionais do SNCI, os produtos que fabricam.

O custo estimado para implementar as Bases para a cooperação na Produção criativa é de aproximadamente 0,39% do PIB (o que corresponderia, para efeitos de comparação, a dobrar o atual orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação).

V – Fortalecimento do entorno favorável ao Conhecimento

Não há possibilidade do Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação funcionar plenamente dentro de um entorno que não lhe seja favorável.

Para o Brasil ter um SNCI dinâmico será preciso criar este entorno na população por meio de:

- a) Erradicação do analfabetismo e fortalecimento da educação de adultos pelo tempo necessário para implementação da Revolução na Educação Básica.
- b) Criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas em todas as cidades, proporcional ao tamanho da população.
- c) Construção e implantação de teatros e cinemas.
- d) Instalação de orquestras.
- e) Desenvolvimento de museus de arte, de história e de ciências.

É necessário, sobretudo, uma radical reformulação da política salarial do setor público para priorizar aqueles que fazem parte do SNCI - professores e pesquisadores - revertendo a tendência das últimas décadas e a situação atual que atribui salários muito superiores para atividades como as exercidas, por exemplo, no Congresso Nacional e na Justiça, em detrimento dos profissionais que geram conhecimento. A continuação desta política impedirá o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, travando a formação do Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação.

O custo estimado para o Fortalecimento do Entorno Favorável ao Conhecimento é de aproximadamente R\$ 9 bilhões. Para fins de efetiva implementação da PNCI supõe-se também que o orçamento do Ministério da Cultura será aumentado em 100% (o equivaleria a 0.06% do PIB). Desta forma, o custo total desta etapa do PNCI será de aproximadamente 0,28% do PIB. O quadro abaixo traz os detalhes deste cálculo.

Quadro 3 : Custo Estimado para o Fortalecimento do Entorno Favorável ao Conhecimento	
Item	R\$ bilhões
a) Erradicação do analfabetismo e fortalecimento da educação de adultos pelo tempo necessário para implementação da Revolução na Educação de Base.	4.0
b) Criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas em todas as cidades, proporcional ao tamanho da população.	2.0
c) Construção e implantação de teatros e cinemas.	1.0
d) Instalação de orquestras.	1.0
e) Desenvolvimento de museus de arte, de história e de ciências.	1.0
TOTAL	9.0

VI - Custos Totais Envolvidos no PNCI

O quadro abaixo traz a consolidação para se chegar a estimativa do custo total de implementação do PNCI: 8,52% do PIB (ao final das duas décadas previstas para a proposta) o é equivalente, hoje, a cerca de R\$ 360 bilhões. Este é um resultado inflacionado e o número final deve ficar abaixo deste valor. Note-se que este custo é menor do que os 10% do PIB estabelecidos no PNE II na forma como encaminhado ao Senado Federal em setembro/2012 após aprovação na Câmara dos Deputados.

Quadro 4: Cálculo do Custo Total Estimado para a PNCI (% do PIB)	
I – A Revolução na Educação Básica	6.39%
II – A Fundação do Novo Sistema Universitário Brasileiro	1.20%
III – Ampliação dos Institutos de Pesquisa	0.27%
IV – Bases para a Cooperação na Produção Criativa	0.39%
V – Fortalecimento do Entorno Favorável ao Conhecimento	0.28%
CUSTO TOTAL ESTIMADO para o PNCI	8.52%
Fonte dos Dados: STN, MEC, IBGE	
Elaboração: Assessoria Econ. - Gab. Sen. Cristovam Buarque	

Este custo para o PNCI pode ser comparado com outras variáveis ou parâmetros da economia. Por exemplo, o custo será de 23,0% da receita administrada pela União ou 14,2% da dívida bruta do governo geral. Além disso, se tomarmos a média de todos os subsídios e subvenções fiscais da União no período 2009/2012 obteremos um valor de R\$ 222 bilhões/ano. Este valor já daria para cobrir 63% do custo total do PNCI. O superávit primário estimado para 2012 (R\$ 130,9 bilhões) já cobriria 40% do custo da proposta aqui delineada. Os gastos com campanhas eleitorais em 2012, estimados em pouco menos de R\$ 4 bilhões, já permitiriam financiar um terço do importantíssimo item relativo à ampliação dos Institutos de Pesquisa (item 3 do PNCI). O quadro abaixo traz os principais dados para estas comparações.

Quadro 5: Lista Adicional de Parâmetros/Variáveis Associadas ao PNCI	
PIB 2010 (valores correntes, R\$ bilhão)	3.770,08
PIB 2011 (valores correntes, R\$ bilhão)	4.143,01
Receita Administrada pela União em 2011 (R\$ bilhão)	1.532,91
Superávit Primário estimado para 2012 (R\$ bilhão)	139,80
Subsídios e Subvenções Fiscais da União (inclui desoneração e empréstimos subsidiados do BNDES) - Média 2009/2012 (R\$ bilhão)	221,71
Montante da Dívida Bruta do Governo Geral (Governo Federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) (R\$ bilhão, valor em 31/08/2012)	2.480,20
Estimativa para Gastos com Campanhas Eleitorais em 2012 (R\$ Bilhão)	3,80

Uma última consideração. Nos cálculos aqui tratados a questão demográfica é uma variável importante pois o número de alunos na Educação Básica tende a diminuir ao longo das duas próximas décadas em função da queda na taxa de fecundidade no Brasil (em 1970 era de 6 filhos por mulher enquanto em 2010 esse número passou para 1,8 que é um valor abaixo da taxa de reposição da nossa população). Cabe lembrar também que a hipótese adotada para o crescimento do PIB foi de apenas 3% ao ano nas duas décadas de implementação do PNCI. As estimativas de custo são, portanto, conservadoras: o valor total como % do PIB é menor do que o estabelecido neste texto.

VII - O futuro começa hoje e chega rápido

A história não nos perdoará se tomarmos decisões para aprovar um PNE que não oferece os instrumentos com a ousadia necessária para fazer do Brasil uma sociedade e uma economia do conhecimento. Ficarmos restritos a intenções vagas e limitadas ao setor educacional é trair o que o futuro espera de nós nos dias de hoje. Para sermos fiéis ao que o Brasil precisa, não temos outra alternativa senão tomar as decisões que levem à realização da revolução social e cultural necessária a fazer do Brasil um país inovador, com elevada capacidade de criar, graças a um Sistema Nacional do Conhecimento e da Inovação.

**_*_